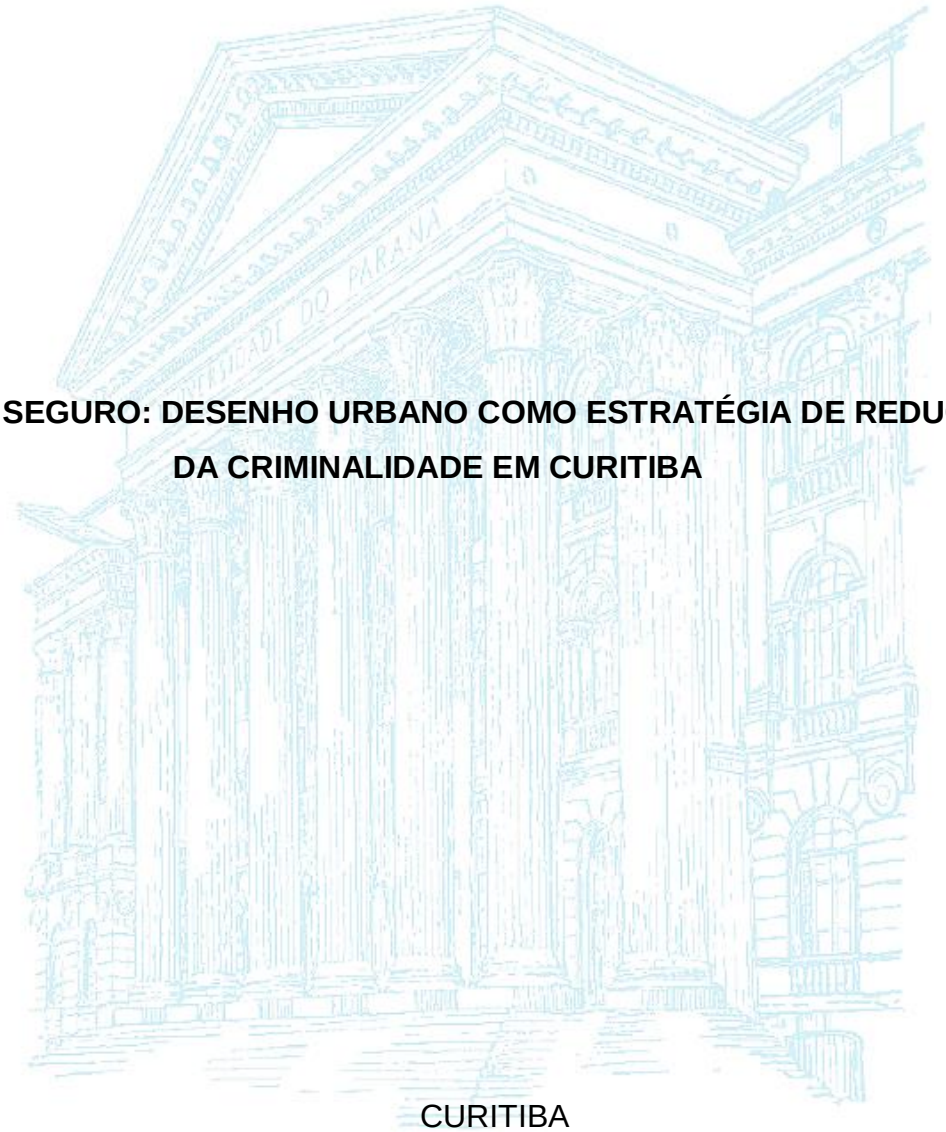
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

RODRIGO PINHEIRO NITTO



ESPAÇO SEGURO: DESENHO URBANO COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM CURITIBA

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

RODRIGO PINHEIRO NITTO

ESPAÇO SEGURO: DESENHO URBANO COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM CURITIBA

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA059) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

ORIENTADORA**:**
Profª. Letícia Nerone Gadens

CURITIBA

2017

Termo de Aprovação

Orientadora:

_____

Examinadora:

_____

Examinadora:

_____

Monografia defendida e aprovada em:

Curitiba, ____ de _____ de 2017

À Miku.

Agradecimentos:

Aos amigos do curso, pelo privilégio de sua amizade e convivência.

À minha irmã Nina, cuja ajuda tornou possível o fim desta jornada.

Ao prof. Clóvis de Barros Filho, pelas sugestões adicionais de leitura para construção da conceituação teórica.

Ao tenente da Polícia Militar do Estado do Paraná Rodrigo Perin de Lima, pelas informações que possibilitaram a escolha do local de intervenção.

Em especial à minha orientadora, profª. Letícia Nerone Gadens, por seu apoio, encorajamento e paciência, que permitiram a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central discutir a relação da segurança e criminalidade com o desenho urbano, investigada inicialmente a partir da conceituação temática da questão da violência e da segurança, e da disciplina do Urbanismo e do Desenho Urbano enquanto formas de organização do espaço urbano e da intersecção entre os dois objetos, buscando identificar os elementos morfológicos do espaço urbano que influenciam na maior ou menor ocorrência de crimes. Procura também situar as diversas teorias e correntes dentro do urbanismo que propõem soluções para o problema, de forma a construir uma matriz projetual com a síntese de suas propostas. O trabalho também contém análise de três exemplos correlatos onde houve a aplicação de instrumentos de desenho urbano voltados à segurança e um estudo da realidade de Curitiba contando com análise de dados espaciais, demográficos e socioeconômicos, a espacialização de sua criminalidade e a situação da temática da segurança dentro do planejamento urbano curitibano. Estes dados subsidiaram a escolha da área de intervenção e da elaboração de diretrizes preliminares de projeto.

Palavras-chave: Urbanismo. Desenho Urbano. Segurança. Criminalidade. Violência. Espaço Seguro. Curitiba.

ABSTRACT

The following essay chooses as central theme the relationship between safety and criminality with urban design, approached initially through the theorical conceptualizing of safety and violence and Urban Planning and Design as methods of organizing the urban space, and the cross junction between these concepts, aiming to identify the morphological elements of urban space with the capacity to influence the criminal activity positively or negatively, positioning the several theories and schools of Urban Planning proposing solutions to the problem, in order to build a matrix to aid the synthesis of their policies. This work also brings forth an analysis of three cases that employed Urban Design tools dedicated to security and a study of Curitiba's situation with an analysis of its spatial, demographical and socioeconomic data, the spatial occurrence of its crime activity and the place the themes of security occupy in Curitiba's Urban Planning. These findings subsidized the choice for intervention area and proposition of preliminary project directives.

Keywords: Urban Planning. Urban Design. Security. Criminality. Violence. Safe Space. Curitiba.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DIAGRAMA DE UM MODELO DE SISTEMA 30
FIGURA 2 - EXEMPLOS DE CONFIGURAÇÃO DA SINTAXE ESPACIAL.....43
FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DO BIJLMERMEER.....48
FIGURA 4 - MASTER PLAN ORIGINAL DO BIJLMERMEER.....49
FIGURA 5 - VISTA AÉREA DO BIJLMERMEER.....50
FIGURA 6 - SEPARAÇÃO DAS VIAS DE VEÍCULOS E PEDESTRES.....50
FIGURA 7 - CENA DO ACIDENTE DO BOEING EL AL FLIGHT 1862.....52
FIGURA 8 - PLANTA ESQUEMÁTICA DAS DEMOLIÇÕES DO BIJLMERMEER.....54
FIGURA 9 - PASSAGEM DE VEÍCULOS ELEVADA (1978), DEMOLIDA E REBAIXADA (2012).....55
FIGURA 10 - AMSTERDAM ARENA.....55
FIGURA 11 - VISTA AÉREA DO GRACHTENGORDEL.....56
FIGURA 12 - MAPA FIGURA-FUNDO DO BIJLMERMEER ANTES E DEPOIS DA RENOVAÇÃO.....57
FIGURA 13 - SLUSENHOLMEN, COPENHAGEN (1930).....59
FIGURA 14 - LOCALIZAÇÃO DO SLUSEHOLMEN NA MALHA URBANA DE COPENHAGEN.....60
FIGURA 15 - DIAGRAMA DE COPENHAGEN COM AS QUATRO ÁREAS PORTURÁRIAS PRINCIPAIS.....63
FIGURA 16 - CROQUI DA DISPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS NO PERÍMETRO DA ILHA.....64
FIGURA 17 - PLANO MASSA DO SLUSEHOLMEN.....65
FIGURA 18 - VISTA DO PÁTIO INTERNO.....66
FIGURA 19 - PLANO GERAL DE INTERVENÇÃO DO JACAREZINHO.....70
FIGURA 20 – FOTOGRAFIAS DO EDIFÍCIO PROJETADO PELA BAUHAUS EM 2004 E 2013.....71
FIGURA 21 - DISPERSÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA NO ANO DE 2000.....77
FIGURA 22 – NÚMERO DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIO DOLOSO, EM CURITIBA (PERÍODO JANEIRO À DEZEMBRO/2016).....81
FIGURA 23 – NÚMERO DE VÍTIMAS DE LATROCÍNIO, EM CURITIBA (PERÍODO: JANEIRO À DEZEMBRO/2016).....83

FIGURA 24 - MAPA DE SOBREPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOBRE O ÍNDICE DA TAXA CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....84
FIGURA 25 –MAPAS DE DENSIDADE DE KERNEL COM AS OCORRÊNCIAS DE LATROCÍNIOS, ROUBOS E FURTOS.....85
FIGURA 26 - POLÍGONO DA ÁREA DA PROPOSTA DE PROJETO.....87
FIGURA 27 - MAPA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO CENTRO.....88

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CRIMES REGISTRADOS E TAXAS DE SOLUÇÃO DE CRIMES NA HOLANDA (PERÍODO DE 1950 – 2007).....51
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE CRIMES REPORTADOS EM AMSTERDÃ E EM BIJLMERMEER (PERÍODO DE 1999 – 2009).....58

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CPTED – Crime Prevention Through Environmental Design

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

SESP – Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA.....15

2.1 TERRITORIALIDADE, E COMPORTAMENTO HUMANO, NA PERSPECTIVA DA VIOLÊNCIA E SEGURANÇA 16

2.1.1 A REPRESSÃO POR MEIO DA DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS 17

2.1.2 PODER, DOMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: AS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DE GIDDENS E BORDIEU 22

2.1.3 A CIÊNCIA DA CRIMINOLOGIA 26

2.1.4 ESCOLA DE CHICAGO E A CRIMINALIDADE COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO.....30

2.2 IDEIAS SOBRE A CIDADE E AS TEORIAS DE ESPAÇO SEGURO 31

2.2.1 JANE JACOBS E A CRÍTICA AO MODELO DE URBANISMO MODERNISTA 34

2.2.2 A TEORIA DO ESPAÇO DEFENSÁVEL.....37

2.2.3 A TEORIA DA SINTAXE ESPACIAL.....40

2.2.4 SÍNTESE DAS TEORIAS APRESENTADAS.....45

3. ESTUDOS DE CASOS CORRELATOS 46

3.1 BIJLMERMEER.....46

3.1.1 CONTEXTO DO PROJETO 46

3.1.2 SITUAÇÃO QUE MOTIVOU O PROJETO.....50

3.1.3 A DEFINIÇÃO PROJETUAL 52

3.2 SLUSEHOLMEN 57

3.2.1 CONTEXTO DO PROJETO 57

3.2.2 SITUAÇÃO PROBLEMA QUE MOTIVOU O PROJETO 59

3.2.3 A DEFINIÇÃO PROJETUAL 61

3.3 FAVELA BAIRRO.....66

3.3.1 CONTEXTO DO PROJETO 66

3.3.2 SITUAÇÃO PROBLEMA QUE MOTIVOU O PROJETO 67
3.4 SÍNTESE DOS CORRELATOS 71
4. CRIMINALIDADE E DESENHO URBANO: AVALIAÇÃO DA TEMÁTICA NA CIDADE DE CURITIBA 72
4.1 O PLANEJAMENTO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CURITIBA 73
4.1.1 A ABORDAGEM DA SEGURANÇA PÚBLICA NO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA 76
4.2 O FENÔMENO DA CRIMINALIDADE EM CURITIBA.....78
4.3 A ÁREA CENTRAL COMO POSSÍVEL LOCAL DE INTERVENÇÃO 85
5. DIRETRIZES DE PROJETO 88
5.1 DIRETRIZES PROJETUAIS 88
5.2 METODOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO 90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 91
7 REFERÊNCIAS.....94
7.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....94
7.2 REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS 97

1 INTRODUÇÃO

A cidade é construída a partir da confluência de forças, em permanente conflito, que determinam os processos econômicos, políticos e históricos que se materializam no espaço urbano gerando sua estrutura e sua morfologia. Esses processos definem o que entendemos como os elementos constitutivos de uma cidade. Por exemplo, a estrutura urbana viária se constrói a partir de relações econômicas entre diferentes regiões da cidade, como a necessidade de escoamento de bens, de deslocamento da força de trabalho para os locais onde a atividade será de fato exercida, dos veículos escolhidos para dar conta desse deslocamento, etc.

Uma das consequências mais importantes da conjunção dessas forças diz respeito à criminalidade e à segurança do espaço urbano. A distribuição desigual da riqueza, a segregação socioespacial das populações e a falta de acesso a serviços públicos resultam em efeitos negativos sobre as taxas de ocorrência de crimes na cidade, correlações já reportadas e estudadas pelo BIRD (2014). Isso gera um efeito perverso sobre o espaço urbano, à medida que o medo da insegurança retroalimenta e intensifica as mesmas condições que corroem a segurança pública.

Esse trabalho partiu do interesse na busca de respostas para questões que estruturam a pesquisa: como a relação recíproca e permanente, de configuração do espaço e da sociedade, exerce influência sobre comportamentos individuais e; qual o papel que essa relação desempenha na questão da segurança, resultando ou não na criação de espaços seguros. Além disso, essa pesquisa também buscou discutir quais os fatores do desenho urbano que contribuiriam para a transformação do espaço em ambiente com maior ou menor segurança e, ainda, como tais fatores afetam a percepção de segurança dos indivíduos e a modificação dos índices de criminalidade. As motivações do autor, dessa forma, surgem a partir de considerações sobre o tema da violência sob uma ótica da prevenção do crime.

Assim, essa pesquisa tem como motivação realizar uma contribuição ao debate sobre o tema da segurança pública, a partir de linhas de pensamento que reformulam o problema como uma ação coletiva (ALDA; BELIZ, 2007) e que, portanto, não depende somente da atuação da vigilância policial e do sistema prisional, como meios de resposta às ocorrências de ações de criminalidade.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo geral identificar quais fatores de desenho urbano influenciam na segurança do espaço, visando a definição de

estratégias a serem adotadas em possível área de intervenção, na cidade de Curitiba, Paraná.

Nesse sentido, são objetivos específicos:

a) Fundamentar conceitualmente a pesquisa, relacionando teorias (psicológicas e sociológicas) de construção do espaço e do território, bem como as relações entre atores sociais, com correntes de urbanismo que associam a segurança pública à condição ambiental do espaço urbano;
b) Analisar exemplos de casos correlatos visando a construção de um referencial prático de aplicação das ideias estudadas;
c) Interpretar e analisar a realidade de Curitiba, identificando a conformação territorial da cidade e analisando dados de segurança e criminalidade para escolha da área de atuação de projeto;
d) Definir diretrizes para a futura proposta de intervenção.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do trabalho fundamentaram-se em pesquisa exploratória, analítica e descritiva, com levantamento bibliográfico e coleta de dados secundários, de fontes institucionais

Estruturalmente, o trabalho inicia-se, no Capítulo 2, com a conceituação teórica que fundamenta a pesquisa. Nesse sentido, aborda conceitos de segurança e violência, situando a origem dessas ideias e sua evolução; o surgimento da criminologia e a transformação da repressão, como algo inicialmente empregado violentamente como forma pedagógica de controle dos comportamentos, para uma ciência que utiliza conhecimento e técnica para a disciplina dos indivíduos. Em seguida, são abordados e discutidos, na perspectiva temática que conduz o trabalho, conceitos de território, espaço urbano e desenho urbano. Ao fim, aborda-se o que seria a junção desses dois grandes temas, investigando as propostas de espaço seguro como ponto de tangência entre a criminalidade e o espaço urbano.

No capítulo seguinte, discutem-se três exemplos de aplicações dessas teorias de espaço seguro, analisando o emprego de ações e instrumentos de desenho urbano, sua eficácia e suas particularidades e pontos em comum. Dos casos correlatos escolhidos, dois situam-se na Europa, enquanto o terceiro é um caso brasileiro.

O Capítulo 4 se constitui de uma interpretação da realidade de Curitiba, a partir da análise de dados geográficos, demográficos e socioeconômicos, bem como da espacialização da ocorrência de criminalidade em seu território, concluindo-se com a escolha da futura área de intervenção, a qual será analisada de forma mais detalhada no desenvolvimento do projeto final de graduação, como forma de constituição da proposta de intervenção.

No Capítulo 5 apresenta-se a construção de uma matriz preliminar para a definição das diretrizes e ações de projeto voltadas à promoção da segurança e, consequente redução da criminalidade, baseadas em uma síntese das propostas abordadas no Capítulo 2, bem como na análise dos casos correlatos e da realidade de Curitiba. Por fim, além das considerações finais da pesquisa, apresenta-se a definição de uma metodologia para a elaboração do projeto de intervenção.

2 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

O objetivo deste capítulo é investigar algumas das diversas ideias que floresceram na história, inicialmente para explicar a relação entre sociedade e violência. Assim, esse capítulo aborda temas como a busca pela segurança, o território como espaço protetor e o surgimento do discurso da técnica científica no âmbito do pensamento criminal. Em seguida, conceitua-se o Desenho Urbano, enquanto campo da disciplina do Urbanismo, como técnica de organização do espaço. Por fim, discute-se as ideias oriundas da articulação destes dois temas, relacionando-as às críticas ao modelo de cidade funcionalista apresentadas inicialmente por Jane Jacobs e sucedidas por diversas escolas urbanísticas e criminológicas que também se interessaram em tratar do problema da relação entre segurança e ocupação do espaço.

2.1 TERRITORIALIDADE, E COMPORTAMENTO HUMANO, NA PERSPECTIVA DA VIOLÊNCIA E SEGURANÇA

Desde a definição Aristotélica do homem como animal político (*zoon politikon*) se tem a intuição de que o que nos separa do resto da animalidade é o fato de que somente governado por uma estrutura que reúna ética, leis e relações de poder com outros indivíduos, o homem consegue superar sua natureza instintiva, animalística (HAMLYN, 1990). Segundo Aristóteles (2009) é na vida em sociedade que o homem encontra sua finalidade, meios para atualização das suas virtudes e o bem supremo que advém do ajuste entre os dois. Assim, a cidade se torna o lugar privilegiado de realização do homem, a instância na qual ocorre sua pedagogia e docilização.

Deste pensamento advém a ideia da natureza humana como algo a ser superado, fazendo surgir no seu lugar uma segunda natureza, desprendida das relações de causalidade[1] e capaz de deliberar sobre a própria vida e convivência. Segundo Rousseau (2012), o estado de natureza é tomado como inimigo da civilização, um ponto do desenvolvimento do homem no qual este é ainda considerado como inapto para o convívio social e deve ter seu espírito adestrado de forma a fazer emergir a moralidade e capacidade de deliberação.

Quando Thomas Hobbes investiga, em Leviatã, as origens do Estado, nos propõe um exercício de abstração mental sobre o homem em estado de natureza. Imaginemos esse homem interagindo com o meio da mesma forma que o resto dos animais. Esse homem tem sede, e busca um rio para refrescar-se. Tem fome, e tomando um utensílio qualquer, caça sua presa. É tomado de desejo sexual, e impõe sua *potentia copulandi* sobre uma fêmea que atravessa seu caminho. Encontra-se

[1]Na física aristotélica, a noção de causalidade é adotada para explicar ocorrências e se desdobra em quatro tipos de causas: materiais (aquilo que compõe o fenômeno, por exemplo os tijolos de uma casa), formais (a configuração que esses materiais adquirem, como a disposição dos tijolos para criar paredes), eficientes (a ação que permitiu que o fenômeno existisse, no caso o trabalho do construtor) e finais (a finalidade do fenômeno, como a função de abrigar da casa). No reino da natureza as causas são encontradas em abundância: a brisa sopra para polinizar as plantas, a chuva cai para fertilizar os campos, e as plantas frutificam para alimentar os animais. No caso do homem, este também possui uma causa final, mas a distinção que o separa do resto dos animais é a maneira como essa finalidade se apresenta: o telos de um homem somente se manifesta moralmente, isto é, a partir da investigação de como este homem deve se comportar perante a si à sociedade, reflexão ausente do comportamento dos demais animais. A proposta política de Aristóteles é a cidade que forma bons cidadãos, negando por antecipação proposições jurídicas da organização política de um Estado, para quem este deve apenas prover uma estrutura neutra de direitos (SANDEL, 2014, p. 233-255).

com outro homem, e sentindo-se ameaçado, agride para defender-se. Resumindo, este homem, em estado de natureza, perambula ao sabor de seus apetites de ocasião (HOBBES, 2007). No entanto, argumenta Hobbes (2007), o que à primeira vista pode parecer uma situação ideal de liberdade, torna-se indesejável quando este homem encontra outro, mais forte e motivado a defender-se de agressores. Aparece assim, na teoria Hobbesiana, a ideia de abdicação, ou seja, de que o homem abriu mão do uso da força física como forma de imposição de suas vontades, ao entender a dificuldade da manutenção de sua posição social e defesa de sua integridade física por meio da violência na relação com outros homens.

Hobbes (2007) continua explicando que essa abdicação é na verdade uma troca: o homem abriu mão da violência como forma legítima de resolução de conflitos para que a vida em sociedade fosse viabilizada. O uso da força, ao ser deslegitimado, dá início ao aparecimento de uma entidade à qual é entregue a prerrogativa de mediação de conflitos: o Estado. Viver sob a égide de um Estado é inexoravelmente confiar a ele, de forma tácita, o monopólio do controle sobre os mecanismos de agressão, punição e repressão.

Considerando a leitura hobbesiana sobre o aparecimento do Estado a partir da entrega do monopólio da violência em troca da segurança, enumeramos duas linhas de pensamento que estruturam a presente investigação, no sentido de obter uma explicação do papel da ação repressiva do Estado sobre os comportamentos individuais. Em primeiro lugar, essa relação entre violência e repressão se dá na esfera da psicologia, e em segundo, na esfera da sociologia. No primeiro caso, discute-se como essa relação se dá no íntimo do indivíduo e, no segundo, na elaboração das regras do seu convívio com outros indivíduos.

2.1.1 A REPRESSÃO POR MEIO DA DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS

A ideia da abdicação na obra de Hobbes encontra seu referencial teórico equivalente na psicologia, inicialmente com as investigações de Freud, cujo argumento central, fundamenta-se em um conflito permanente entre o indivíduo e a sociedade (FREUD, 2010). Para Freud (2010), o estado de natureza não é uma abstração de um momento do desenvolvimento humano, que foi substituído pela opção da vida em sociedade (como propõe Hobbes), e sim um elemento constitutivo da personalidade, categorizado por Freud (2010) como id e presente em todos em

seres humanos. O id é o local onde se encontram depositados os instintos e impulsos básicos que operam no sentido da busca de prazer e evasão da dor, da satisfação das necessidades físicas e da libido (KEHL, 2009). A este fenômeno Freud dá o nome de princípio de prazer, ou seja, a motivação para a busca de gratificação imediata das pulsões[2].

Em oposição ao id, Freud (2010) apresenta o conceito de superego: a internalização das estruturas de socialização dentro de uma determinada sociedade: suas leis, suas regras, seus códigos morais, sua cultura. Superego é a parte da psique que armazena e organiza as informações adquiridas pelo indivíduo com o objetivo de uma aceitação social pelos demais pares, catalogando o que deve ser proibido, em termos de paixões e comportamentos. Enquanto o id é parte integrante de qualquer um de nós, desde o nascimento, o superego é socialmente construído (FREUD, 2010).

Do conflito constante entre o id e o superego emerge o ego, a parte da consciência que realiza a mediação entre a busca de satisfação com sua interdição demandada pelo superego. Como mediador, o ego é ao mesmo tempo a parte que concilia o id com o princípio de realidade e o superego com o princípio de prazer. A função do ego é atuar sobre os desejos de forma a torná-los socialmente aceitáveis, seja através do adiamento da sua gratificação ou da substituição do objeto de desejo por outro, processo que Freud denomina sublimação (KEHL, 2009). O ego surge, ao mesmo tempo, como um policial e um legislador: ele determinará o desejo possível e o desejo a ser evitado, tendo em vista a emergência de um sujeito cuja existência não seja perigosa para a sociedade:

> Outra função - a mais evidente - dos impulsos agressivos é a defesa perante a ameaça que o outro pode representar. Nesse sentido um dos pactos fundamentais de toda forma de convivência social dita civilizada é aquele que propõe (pela força ou pelo consenso; mas, em geral, o que é consenso algum dia se impôs pela força) a repressão de grande parte da agressividade em troca das vantagens da convivência. (KEHL, 2009, p. 542)

[2] Na psicologia freudiana, pulsão é definida como o resultado do excesso de carga erótica, atuando comumente no sentido da sua própria satisfação. Uma de suas formas mais conhecidas é o desejo, embora as pulsões também possam agir na direção oposta da satisfação do desejo, quando o princípio de realidade, por exemplo, determina como prioridade a manutenção da identidade ou integridade física do indivíduo. (KEHL, 2009)

A abdicação da possibilidade de satisfação irrestrita dos desejos, que na psicologia freudiana ganha o nome de castração (KEHL, 2009), apresenta-se assim como o motor que possibilita a convivência em grupo. Essa abdicação primeiro ganha a forma de renúncia do objeto desejado que, por ser incapaz de dar conta do delta entre a satisfação limitada das nossas pulsões contra a gama de desejos que possuímos, gera um excedente de carga erótica (entendida no sentido freudiano de Eros, energia vital) que é resolvida com a sublimação, a canalização dessa energia a partir do desvio do objeto de desejo por outro compatível com o princípio de realidade.

Freud (2010) apresenta uma alegoria do que considera ter sido a origem da organização da vida em sociedade a partir destes princípios: no início havia o Pai Primordial, que rege o grupo a partir da dominação e monopólio da satisfação de prazer (entendido como a posse de todas as mulheres). Os filhos, privados da satisfação de seus desejos, voltam-se para outras atividades, não prazerosas, mas necessárias (por exemplo o trabalho), como prerrogativa para aceitação da vida no grupo. Eventualmente os filhos se rebelam contra essa horda primordial e, ao matarem o Pai Primordial, o deificam, introduzindo tabus cujo objetivo é a continuidade das relações de dominação que implementam as mesmas restrições ao desejo, mas agora com a intenção de preservar a coesão do grupo, fazendo surgir assim o conceito de moralidade.

Esta anedota é útil para entender a questão da segurança por dois motivos: em primeiro lugar deixa claro que é impossível entender a violência do ponto de vista da psicologia sem considerá-la como um atributo inato aos seres humanos e, em segundo lugar, que abrir mão da violência somente foi possível com o aparecimento do sentimento de culpa pelo assassinato do pai, a partir do qual os tabus, proibições e restrições à gratificação do desejo foram impostas. Como consequência, tem-se o fato de que o homem delega a uma entidade abstrata o exercício do poder e a prerrogativa de reger a coesão social, momento em que surge a figura do Estado (ENRIQUEZ, 1999). Ao Estado é entregue a prerrogativa de determinação das normas, de conduta e de códigos de sanções, o corpo legislativo e punitivo de uma dada sociedade. Passamos assim de uma situação de horda, assim definida pela imposição da violência como forma de reger o grupo, para a institucionalização da lei como instrumento legítimo de normatização da ação e monopólio da força. A ética torna-se lei e a lei torna-se ética.

Dessa forma, chegamos à conceituação de três dos quatro elementos do Estado: a comunidade humana, o monopólio dos instrumentos de violência e a legitimidade. O quarto elemento, caracterizado pelo território, encontra suporte conceitual na obra de Foucault (2008) que permite compreender as relações de violência e segurança, por meio do que o autor denominou biopoder. A noção de território surge, segundo as investigações genealógicas de Foucault (1999), a partir da relação entre espaço e poder. Tomada na sua definição mais comum, a noção de território remete à ideia de limite ou fronteira, uma definição dos limites entre o que deve ser considerado pertencente ou estrangeiro ao espaço que se delimita. Segundo Elden (2013) a Res Publica romana é um dos primeiros exemplos de como esse entendimento de território colide com a questão da segurança: a expansão do império romano como forma de garantia da sua tranquilidade (pax), por meio da subjugação dos exércitos em sua periferia, em tal ponto que Cesar compara a atuação do general com a do jurista: um passa o tempo alargando fronteiras enquanto o outro despende esforços para regulá-las.

A ideia de território surge então alinhada com a questão da segurança pública: é necessária a definição de limites para a construção da imagem do bárbaro, do estrangeiro, do inimigo que ameaça a ordem social estabelecida dentro do território e contra o qual o Estado tem a obrigação de defender. Conforme define Enriquez (2004, p.57) “um estrangeiro é sempre um “exotista” [...], aquele que interroga, com sua própria existência, as normas, os usos e costumes da sociedade que o acolhe”. Encontramos assim, nessa dicotomia, exógeno (bárbaro) e endógeno, um primeiro momento da nossa conceituação de segurança.

Nesse sentido, Foucault (2008) problematiza a configuração de poder e território com a analogia do pastorado: religiões, sobretudo as abraâmicas desenvolveram uma tecnologia de poder a partir de uma relação entre pastor e rebanho, cujas premissas não mais se restringem ao campo jurídico do dever, mas passam a ser vistas de forma paternalista, em que o papel do gestor passa a ser o de guia, condutor do rebanho, aquele que zela pelo bem estar do grupo e assume a responsabilidade de afastar as desgraças que o ameacem. As religiões introduzem uma tecnologia que permite ao corpo político exercer o controle sobre a conduta dos indivíduos, sem a presença constante do espectro da coerção punitiva:

> Já o pastorado cristão, a meu ver, organizou uma coisa totalmente diferente (...), que poderíamos chamar de instância da obediência pura, a obediência como tipo de conduta unitária, conduta altamente valorizada e que tem o essencial da sua razão de ser nela mesma (FOUCAULT, 2008, p.231).

A adoção desta tecnologia pelo Estado operou a mudança de atitude deste com relação à aplicação de penas e manutenção da segurança, que pode ser remetida à estória que Freud nos propôs: inicialmente, a aplicação das penas na história dava-se de maneira pública, através do emprego da tortura, dor e suplício em praça aberta, levada a cabo por um carrasco que representava a figura do Rei, com a finalidade de demonstrar seu poder diante da audiência do espetáculo da punição. Tais espetáculos deram lugar à sobriedade na aplicação das leis: elas não mais acontecem na esfera pública, ao contrário, são aplicadas sobretudo com base no princípio da exclusão, do encarceramento, cujo sistema prisional é o maior exemplo contemporâneo (FOUCAULT, 1999). Surge a ideia de uma economia da punição: o castigo físico, a dor e a humilhação pública dão lugar à privação de direitos e liberdade. Empregar a sentença deixa de ser uma glorificação da força e passa a ser uma obrigação que o Estado tolera e se impõe a um grande custo (FOUCAULT, 2008). Também o objeto da punição se desloca: o corpo castigado pela violência é substituído pela alma, com castigos que lhe afetem o intelecto, a vontade, os sentimentos (FOUCAULT, 1999). A passagem do exercício da violência física, como forma de controle dos comportamentos, à retirada dos direitos individuais, espelha a morte do pai primordial e sua substituição pelo tabu em Freud: os recursos e técnicas utilizados para manter tal controle serão outros, a agir no íntimo dos indivíduos. O poder exercido pela força é substituído pelo poder disciplinar (FOUCAULT, 2008).

Foucault (1999) dará a esse processo o nome de docilização dos corpos: o sistema estatal organizará esforços de forma a evitar o confronto violento por meio da criação de instituições cujo objetivo é a disciplina e vigilância, como escolas, hospitais e a polícia. O poder disciplinar surge com o objetivo de normalizar o funcionamento dos corpos, classificá-los e diferenciá-los. O segredo operado pelo Estado, para extinção da força física como elemento primário da manutenção da coesão social, foi o de transformação dos corpos em reprodutores naturais das regras vigentes, internalizadas através do convívio com as instituições disseminadoras de sua ideologia, ao mesmo tempo em que essa ideologia é oculta e naturalizada.

Assim, cada cidadão torna-se um vigia da ordem social. Foucault (1999) resgata a ideia do Panóptico: uma proposta arquitetônica de modelo de prisão em que as celas são dispostas em um círculo, no centro do qual há uma torre, representando a presença do Estado, mas cujas janelas são ofuscadas de forma que os prisioneiros não percebem que estão sendo vigiados por este e atuam, pela disposição circular, como vigilantes dos demais cativos. Encontramos assim o efeito mais importante do Panóptico:

> [...] induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. (FOUCAULT, 1999, p 224-225)

A ideia de vigilância permanente, de regulamento da ordem social por meio de indivíduos e seus olhares, é central para entender as propostas de urbanismo, tanto de Jane Jacobs quanto das escolas urbanísticas e criminalistas que seguiram seu legado. Conforme veremos no capítulo seguinte, das quatro teorias de espaço seguro presentes neste trabalho, todas abordam a questão da segurança a partir de uma perspectiva do que denominam “vigilância natural”, ou seja, partem de uma ideia de regulamentação dos comportamentos indesejados a partir do exercício de uma coerção social não manifesta na presença do aparelho estatal, e sim pelo controle exercido a partir do poder disciplinador.

2.1.2 PODER, DOMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: AS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DE GIDDENS E BORDIEU

O capítulo anterior abordou a influência que a busca pela segurança e o medo da violência exercem sobre os comportamentos individuais, pautando-os no sentido de formar um indivíduo cuja convivência na sociedade seja harmônica. Neste capítulo exploraremos o papel da sociedade neste processo, em particular como a política e

as estruturas de poder atuam para legitimar a dominação e a segregação socioespacial.

Segundo Santos (2014) o espaço é o local onde artefatos humanos se assentam, entendendo-os, por exemplo, como os elementos constitutivos de uma cidade: sua malha viária, seus edifícios, etc., mas é a rede de relações sociais que empresta função e significado a esses artefatos, transformando-os em territórios. Nesse sentido, o conceito de território surge a partir da relação entre espaço e poder, ou seja, o exercício do poder sobre a espacialidade definirá os limites, as regras e as normas da atividade social exercida em seu interior. Nas nações cuja política se organizou a partir dos ideais liberais da Revolução Francesa (GIDDENS, 2008), a complexidade da configuração social se realiza, principalmente, a partir do conjunto de transformações que o homem impõe sobre o espaço, na tentativa de transformá-lo em território: estradas, cidades, áreas rurais, fábricas (SANTOS, 2014). Logo, para que um espaço se torne um território, é preciso antes de mais nada que nele se estabeleça uma autoridade com o poder de determinar seus limites, impor regras em seu interior e defendê-lo de ameaças internas e externas. Em resumo, o território é o resultado das relações de poder com o espaço (GIDDENS, 2008).

Conforme define Santos (2014), o espaço configura-se a partir de sua apropriação e territorialização por meio de um determinado grupo, cujas características identitárias, culturais e sociais prevalecem e se impõem. Assim, a coesão social existe a partir da capacidade deste grupo de manter seu controle sobre o lugar habitado. Esse elemento identitário, como formador das relações sociais e, consequentemente, do espaço onde acontecem será abordado a seguir.

Inicialmente, porém, um parênteses sobre a definição do significado de identidade: segundo Barros (2005), toda identidade deve possuir dois elementos, ao mesmo tempo constitutivos e determinantes de sua função: o pertencimento e a discriminação. Assim, devemos entender identidade não apenas em termos de características que discriminam um indivíduo ou grupo de indivíduos em relação aos demais, mas de características de semelhança que invoquem sentimentos de pertencimento e solidariedade.

Logo, a identidade passa por um processo social de decantação e emergência, de internalização de um lote comum de valores compartilhados e práticas sociais com vistas a uma harmonização de comportamento do indivíduo em relação ao grupo. Esta identidade definirá, homologamente, os limites do que será considerado parte

integrante, eliminando de seu escopo a figura do ”outro”, do “não pertencente”. Segundo Barros (2005), a sociedade é a régua pela qual os critérios de definição de uma identidade, em um processo de comparação com vistas à definição de semelhanças e diferenças: critérios como por exemplo jovem e velho, rico e pobre, patrão e empregado somente podem ser considerados tautologicamente, isto é, a partir de suas associações recíprocas de semelhança e diferença. As distinções sociais entre pobres e ricos, por exemplo, se dão a partir da definição estabelecida na sociedade da quantidade de capital financeiro e bens acumulados pelos indivíduos, necessários para pertencimento a cada grupo, encaixando-os em categorias que dependem mutuamente umas das outras para existirem (não faria sentido falar de pobres ou ricos se todos dispusessem da mesma quantidade de capital). As identidades são criadas, assim, a partir desse processo de estereotipia e distinção social, cujos critérios podem ser culturais, físicos, geográficos ou, como no exemplo anterior, econômicos (BARROS, 2005; BORDIEU, 2011a).

Embora, segundo Eller (2000), esse processo de estereotipia operado por meio de aproximações e diferenças seja um mediador lógico das relações sociais (sem o estereótipo estaríamos condenados a classificar singularmente cada um dos encontros que acontecem diariamente no nosso cotidiano, tornando o convívio social insuportável), o problema é quando esse processo é utilizado para validar e incentivar associações particularmente nocivas. Assim, por exemplo, a palavra “baiano”, que simplesmente designa sujeitos oriundos de uma determinada localização geográfica, passou a agregar certas conotações negativas como juízos de valor (todo baiano é preguiçoso, etc.).

Este aspecto discriminante da identidade tem especial importância para o presente trabalho pela forma como ele se reflete na configuração do território, tendo em vista que da discriminação identitária resultam estratégias de distinção social que acarretam em transformação profunda na forma como as populações se distribuem no espaço habitado. Segundo Caldeira (2011):

> A segregação - tanto social quanto espacial - é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. (CALDEIRA, 2000, p.211)

Esse processo, que é inerente à socialização do indivíduo, apresenta-se travestido de uma aura de neutralidade que biologiza o comportamento: nossas preferências, nossos códigos morais, nossas disposições para a ação prática, enfim tudo o que está circunscrito à esfera da nossa existência em sociedade oculta-se enquanto construção social, fazendo crer num conjunto de atributos cuja origem é biológica, natural. Bordieu retoma esse conceito quando fala em *habitus* de classe social:

> Para (recompor a estrutura do espaço simbólico), convém retornar ao princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, ao *habitus* de classe, como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a *classe objetiva*, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes garantidas juridicamente - por exemplo, a posse de bens ou poderes - ou *incorporadas*, tais como os *habitus* de classe - e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios. (BORDIEU, 2011a, p. 97)

Ainda segundo Bordieu (2011b) isso significa que as estruturas constitutivas da nossa identidade, de origem social porque construídas dentro de uma convivência e pertencimento a grupos sociais, assumirá valores e práticas características destes grupos. Como o *habitus* opera na direção de uma economia da ação prática, ou seja, direcionamento das ações que dispensam deliberação, tornando-se atos reflexivos apreendidos pela observação do grupo na convivência e repetição, a tendência é que essas práticas e seus interesses sejam cada vez menos perceptíveis, ocultando-se em um véu de aparente neutralidade e obviedade.

Assim, a favela torna-se o habitat natural do pobre e o condomínio fechado o habitat do rico. A segregação espacial se naturaliza, justificando-se através do pertencimento a grupos sociais, de forma que o próprio questionamento a respeito da espacialização da desigualdade desaparece, inclusive do discurso do pobre, quando acredita que merece morar numa favela por nunca ter estudado, por exemplo (CALDEIRA, 2011). De fato, uma das formas mais poderosas desse fenômeno de

isolamento espacial, por via do pertencimento a grupos sociais está ligada à esfera econômica. Favelas são o resultado de decisões políticas que, intencionais ou não, dificultam o acesso de parcela da população à cidade formal, resultando em ocupações ilegais, caracterizadas pela ausência do próprio Estado responsável por essas decisões, ausência manifestada concretamente pela falta de serviços públicos e investimentos. Observamos assim, o círculo vicioso que retroalimenta a segregação da favela: por recorrer à violência como forma de possibilitar uma atividade econômica viável, a favela afasta a cidade formal e a presença do Estado como prestador serviços. De sua parte o Estado, ao tratar a população da favela como mero grupo a ser vigiado e repreendido, negando-lhe o acesso a serviços públicos, empurra essa população às atividades ilegais. Do outro lado, as comunidades com maior renda e poder aquisitivo tendem a habitar aquilo que Caldeira (2011) denomina como "enclaves fortificados", caracterizados por empreendimentos qualificados a partir de uma lógica e uma estética da segurança, ou seja, de um conjunto de práticas orientadas no sentido de proteger a moradia privada do seu entorno, e de tecnologias de controle de acesso e isolamento da malha urbana. É o caso dos condomínios fechados de alta renda, com seus muros, suas guaritas, seus sistemas de circuito interno de TV. Tais espaços também são partícipes do mesmo círculo vicioso, na medida em que o afastamento progressivo do espaço urbano para o interior de enclaves, pelas populações ricas, e a negação ao direito de acesso à cidade formal, pela população mais pobre, incitam um conflito cujas interações violentas induzem à intensificação das mesmas causas que provocam essa exclusão. Em resposta à escalada da violência, as classes economicamente dominantes empregam cada vez mais mecanismos de fortificação de seus enclaves, enquanto as classes de menor renda convivem numa situação cada vez mais precária e insegura, cuja falta de perspectivas de melhoria na qualidade de vida e acesso a atividades econômicas no mercado formal de trabalho torna cada vez mais atrativa a opção pela criminalidade.

2.1.3 A CIÊNCIA DA CRIMINOLOGIA

Segundo Giddens (2008), a passagem do Estado Absolutista para o Estado Moderno introduziu uma série de tecnologias visando o controle do comportamento da população e a erradicação de comportamentos indesejados. Essas tecnologias, tais como a aplicação de censos e a emissão de documentos de identidade, auxiliaram

o surgimento de disciplinas aplicadas das ciências sociais com o objetivo exclusivo de analisar o comportamento desviante, como a criminologia. Com isso, o ponto central da gestão da segurança pelo estado passa a ser a pacificação interna, cuja característica principal foi a redução progressiva da violência na resolução dos conflitos internos do Estado (GIDDENS, 2008). Isso acontece, por exemplo, quando a mudança do feudalismo/mercantilismo para o capitalismo industrial retirou dos empregadores da mão de obra o acesso direto aos meios de violência como forma de garantir retorno financeiro sobre seus investimentos.

A transição do absolutismo para formas democráticas de governo foi gestada a partir da metade do século XVII e ao longo do século XVIII, período conhecido como Iluminismo. Apesar do Iluminismo não ter originado o conceito de código penal[3], sua inovação foi a propositura de um código secular, afastado de ideologias religiosas como a noção de Mal e Pecado (GIDDENS, 2008). A atividade criminosa passou a ser considerada como desvio, resultado de uma falha de socialização do perpetrador, e a aplicação de penas, que afastando a tortura e a dor como mecanismos de punição, objetiva agora reintroduzi-lo na sociedade (RAUTER, 2003).

Entre as propostas do Iluminismo estava a proposição do Estado de Direito, caracterizado pelo estabelecimento de garantias institucionais e direitos universais, que substituem a fraternidade religiosa pela igualdade de direito e pela liberdade individual, mantidas por instituições democráticas (RAUTER, 2003). Surge uma ideologia do direito, em que a corpo legiferante da nação, representado por profissionais da política escolhidos via sufrágio, recebem a incumbência e a legitimidade de escrever as leis, ou seja, determinar os critérios de resolução dos conflitos na sociedade. Tal institucionalização do direito despersonaliza e faz desaparecer a figura do legislador que a codificou a partir do momento que a lei é promulgada. A lei se higieniza da influência da subjetividade dos legisladores, existindo agora como dado objetivo e neutro da realidade (BOBBIO, 2008).

A outra consequência do Iluminismo, que será considerada nesta pesquisa, é o surgimento da criminologia. Quando a função estatal de vigilância é institucionalizada pelo advento do direito penal, ela é acompanhada pela criação ou transformação de elementos relacionados ao controle do estado. Assim, são criados

[3] Mesmo o primeiro registro de leis escritas da humanidade, o Código de Hammurabi encontrado na Mesopotâmia e datado de 1754 a.C., já se tratava de um código quase estritamente penal, ou seja, uma listagem de crimes e suas respectivas penas.

as polícias e os presídios, instituições dedicadas à manutenção da ordem e reclusão dos infratores, e um aparato acadêmico dedicado a analisar o crime como objeto de ciência (BERGALLI; RAMIREZ, 2015).

A teoria clássica da criminologia, construída nos mesmo alicerces do direito civil, concebe o homem, coerente com as ideias iluministas, como um ser livre, dotado de racionalidade e autodeterminação, capaz de tomar decisões e agir em consequência delas (BERGALLI; RAMIREZ, 2015). Como uma das características do comportamento humano é a fuga de fontes de sofrimento e de dor[4], segundo a teoria clássica, o comportamento criminoso será determinado por um cálculo de custo e benefício. Assim, as penas passam a ter um aspecto deterrente da atividade do crime, quando a perspectiva de aplicação da pena supera os ganhos pressupostos. Importante ressaltar que mesmo quando a teoria depende da capacidade das penas de desmotivar o crime, ela não retoma a ideia de penas exemplares enquanto espetáculos. Segundo Bergalli e Ramírez (2015), embora as ideias da escola clássica de criminologia tenham sido suplantadas, seus princípios chave, de respeito aos direitos humanos, à presunção de inocência e à condução do processo criminal dentro dos termos da lei, figuram no repertório do pensamento criminalístico contemporâneo.

Uma das primeiras tentativas de afastar a problemática do crime das ideologias religiosas foi o positivismo. Guardando analogias com as correntes biológicas e sociológica positivistas, a teoria positivista do crime adotava a hipótese básica de que o comportamento criminoso é inato, determinado por mutações no código genético, e, portanto, seu estudo era baseado na biópsia e na análise de cadáveres de criminosos convictos, visando encontrar traços físicos e características comuns (RAUTER, 2003). A essa vertente, denomina-se medicalização da criminologia, da qual Cesare Lombroso, com sua obra O Homem Delinquente, é um dos exemplos mais conhecidos. Diferentemente da criminologia clássica, o positivismo irá relativizar a importância da racionalidade na decisão de cometer um delito, retomando as ideias freudianas apresentadas no início do capítulo, argumentando que nossos atos são guiados por afetos, impulsos e instintos (RAUTER, 2003). Embora a Frenologia

[4] A Teoria Clássica da criminologia também tem suas origens, além das fontes já citadas, na corrente filosófica utilitarista britânica, cujo ponto central de sua teoria moral é a maximização do prazer para o maior número possível de pessoas (SANDEL, 2014). De fato, Jeremy Bentham, um dos maiores nomes da escola clássica da criminologia é também um dos mais conhecidos filósofos utilitaristas.

eventualmente tenha sido desacreditada como pseudociência, ainda hoje a tendência de verificar a correlação entre biologia e comportamentos persiste.

Assim, Bergalli e Ramirez (2015) explicam que o pensamento clássico se trata de prevenir e não de castigar, pois o fim da pena está na sociedade e não no homem.

Também surgido a partir das ideias filosóficas e políticas dos utilitaristas, o funcionalismo criminalista baseava sua sociologia na ideia de função (que substituiu a causalidade da teoria positivista), que concebe a sociedade como um processo, ou seja, que ela deve ser considerada como um sistema, cuja operabilidade depende de uma unidade funcional entre as partes do sistema, de onde aparece a noção de comportamento desviante como perturbador da ordem social (RAUTER, 2003).

Quando a teoria do funcionalismo surge como corrente dentro do campo da sociologia, ela empresta das ciências biológicas o conceito de sistema. Um sistema é definido como um conjunto de elementos, em relação dinâmica entre si, que empregam esforços para o alcance de um objetivo. Fazendo parte desta relação encontraremos entradas (inputs), que serão processadas dentro do sistema (caixa preta), resultando em saídas (outputs).

Tomemos como exemplo o diagrama demonstrado na Figura 1. O diagrama pode representar um sistema qualquer. O primeiro elemento a definir é a caixa preta: trata-se do sistema em si, que leva esse nome por não se apresentar à observação, sendo os mecanismos de funcionamento interno não compreensíveis por atores externos. Esse sistema terá elementos diferentes operando em complementaridade funcional[5]. Ao observador externo o funcionamento do conjunto destes elementos é desconhecido, de forma que apenas os valores de input e output estão disponíveis a ele. Assim, sobre a caixa preta incidirão os inputs: as demandas que a sociedade encaminha e seus apoios (assim definidos como tudo aquilo que chancela a existência institucional desse sistema). Após serem processados internamente os inputs, o sistema os devolverá para a sociedade na forma de decisões e ações, as quais retroalimentam os inputs aperfeiçoando permanentemente o sistema encarregado pelo Sistema.

[5]Complementaridade funcional é outro conceito adaptado da biologia para a Teoria Geral dos Sistemas. A ideia básica é que um sistema, (por exemplo o sistema digestivo) é composto de partes distintas, mas operando em função de um objetivo comum. Assim, para realizar a digestão e prover a energia que um organismo necessita para realizar suas demais operações vitais, o sistema digestivo receberá os inputs (a matéria não digerida), o processará de acordo com suas operações internas e devolverá os outputs na forma de nutrientes absorvíveis para o metabolismo celular (LUHMANN, 2008).

FIGURA 1 - DIAGRAMA DE UM MODELO DE SISTEMA

FONTE: Adaptado de EASTON (1957)

Segundo Ramírez (2015), é justamente o conceito de função da teoria sistêmica que oferece um ganho em relação ao positivismo, ao considerar a sociedade como um processo de diferentes forças exercendo influência sobre os sistemas, ao contrário de tomar essas forças como fatos isolados. A análise sistêmica permitiu, por exemplo, a instituição dos sistemas penais na forma como o conhecemos hoje, com suas penitenciárias destinadas à reabilitação dos criminosos e sua ressocialização na sociedade.

2.1.4 ESCOLA DE CHICAGO E A CRIMINALIDADE COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO

Também conhecido dentro da literatura criminológica como interacionismo simbólico, a Escola de Chicago foi um movimento sociológico de crítica ao esgotamento do funcionalismo, cujos dogmas de neutralidade e negação da subjetividade estavam sendo atacados por novos paradigmas epistemológicos de questionamento do papel do sujeito na criação do conhecimento (BERGALLI, RAMIREZ, 2015). Assim, o interacionismo coloca o indivíduo como um ser ativo perante o ambiente, capaz de moldá-lo e vice-versa. Conforme Bergalli e Ramírez (2015, p.68), “todo ato social começa no ‘Eu’, que implica então a iniciativa, o aspecto criador, e depois, termina no ‘Mim’, que significa a incorporação à pessoa das estruturas organizadas dos outros”. Esse movimento surgiu concomitante a acontecimentos importantes nos Estados Unidos, como as guerras da Coréia e do

Vietnam e o movimento pelos direitos civis dos negros, ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Neste ponto a Escola de Chicago começou a demonstrar seu caráter multidisciplinar, na medida em que incorporou a linguística à sociologia, por meio do entendimento de que a interação do sujeito com o meio resulta de um intercâmbio de símbolos e valores. A teoria do interacionismo simbólico é assim, uma teoria da significação que, segundo Bergalli e Ramírez (2015), apresenta como características o fato de que os indivíduos buscarão as coisas no mundo de acordo com o significado que lhe correspondem; que tais significados são o resultado das interações sociais dos indivíduos e que esses significados também serão decodificados por meio de um processo interpretativo utilizado pelos indivíduos.

Para a análise do fenômeno do crime, a Escola de Chicago introduziu então uma abordagem multifatorial, que leva em consideração tanto aspectos individuais quanto sociais (BERGALLI, RAMIREZ, 2015). Um dos programas propostos é a noção de ecologia social, isto é, a consideração de que a cidade sobrevive por meio de um equilíbrio ecológico, resultado da concorrência pela distribuição do trabalho e capital (BERGALLI, RAMIREZ, 2015). A criminalidade, segundo essa análise, depreende da incapacidade da cidade de manter esse equilíbrio sócio ecológico, quando os laços de solidariedade que mantém grupos sociais unidos enfraquecem e as relações entre os membros tornam-se progressivamente mais impessoais e superficiais. Esta perspectiva da causa do crime é um dos pontos de partida das investigações que estudam a relação entre criminalidade e espaço urbano.

2.2 IDEIAS SOBRE A CIDADE E AS TEORIAS DE ESPAÇO SEGURO

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é o resultado de agentes sociais agindo em prol de seus interesses, não raro conflitantes, imprimindo-lhe transformações de acordo com os usos e as atividades desenvolvidas. Na cidade capitalista, esses usos concentram-se em torno da produção de bens de consumo/serviços e acúmulo de capital. Encontramos como agentes os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos como agentes deste processo, adotando cada qual suas estratégias específicas de ocupação e consumo do espaço. Já tratamos do fenômeno da segregação espacial sob o viés econômico, que no caso brasileiro expulsa para as

periferias as comunidades que não conseguem arcar com o custo da terra nas áreas centrais, gerando uma disparidade social no território da cidade e uma homogeneidade interna (CORRÊA, 1995).

Conforme já exposto na seção anterior, parte das razões que motivam a transformação do espaço urbano dizem respeito à segurança. Seja nas cidades-estados gregas ou nos burgos da Idade Média, a figura do muro como delimitação do território e garantia de proteção de seus habitantes permanece a mesma. A intensificação da ocupação das cidades faz surgir um corpo de leis, tecnologias e profissionais visando organizar e guiar o crescimento urbano. Embora várias experiências da antiguidade como a Cidade-Estado grega e o Império Romano tenham dado um importante passo na direção do planejamento do espaço urbano, sobretudo na questão do abastecimento e saneamento (como é o caso dos aquedutos e sistemas de esgoto romanos), é com a revolução industrial que vemos a figura do urbanista surgir enquanto tecnocrata, isto é, profissional chancelado institucionalmente como habilitado para definir as regras da ocupação urbana (LEFEBVRE, 2001).

O intenso processo de urbanização decorrente do período industrial, acabou por gerar consequências espaciais tais como a compartimentalização e a segregação segundo classes sociais. O adensamento crítico das regiões ocupadas pelas camadas mais pobres e a acumulação de problemas de higiene e criminalidade dessas áreas, bem como a degradação ambiental são as preocupações que motivaram este corpo de profissionais, liderados Ebenezer Howard, a conceber a proposta da *garden city* (CHOAY, 2013). Essa proposta fundamenta-se no retorno à natureza, onde a cidade seria circundada por um cinturão verde que proveria o sustento alimentar de sua população, a qual deveria ser controlada, considerando que as *garden-cities* são concebidas para abrigar um número ideal de habitantes, sendo agressivamente contrária ao adensamento populacional (CHOAY, 2013).

A dificuldade de aplicação das propostas deste movimento, que exigia grandes quantias de financiamento para a obtenção de extensões de terra, acarretou em sua rejeição nos meios profissionais. Assim, a concepção da cidade modernista surgiu como resposta alternativa (CHOAY, 2013). Tendo como principais proponentes Walter Gropius, Mies van der Rohe e Le Corbusier, o modernismo abarcava uma série de propostas de desenho que incluíam desde o projeto de utilidades domésticas até à proposição de modelos de cidade, alicerçadas em uma ideologia de exaltação da

funcionalidade, eficiência e emprego de novas tecnologias. Na escala do espaço urbano, isso se traduziu na priorização das funções produtivas da cidade, em que atividades como lazer, comércio, circulação e moradia passaram a ser consideradas apenas como acessórias. Estas funções eram dispostas em um zoneamento estrito cujo objetivo era permitir à cidade operar como uma máquina (BENEVOLO, 2015). O Plano Voisin de Le Corbusier é tido como marco inicial das propostas urbanísticas modernistas, com seus grandes blocos habitacionais espaçados por amplas áreas verdes e interligados por vias expressas que exaltam o uso do automóvel como principal meio de deslocamento.

As críticas a estas propostas contribuíram para o surgimento de nova teoria urbanística, que questionou a ideologia funcionalista como modelo de planejamento urbano, ao mesmo tempo em que agregou leituras das ciências humanas, como a sociologia e a psicologia comportamental para fundamentar suas propostas. Além disso, a avaliação da qualidade de vida dentro dos espaços urbanos passou a considerar a importância de aspectos como a cultura, o conforto ambiental e a segurança como balizadores de uma experiência positiva de apropriação da cidade. Dessa forma, esse conjunto de críticas e apontamentos caracterizou o campo de atuação do Desenho Urbano, constituído teoricamente como disciplina (Lima, 2014).

Com o objetivo de nos oferecer uma definição de Desenho Urbano, Del Rio (1990) parte do entendimento que este é uma área específica da atuação do urbanismo, a qual engloba conhecimentos e competências profissionais de diversas disciplinas do conhecimento, como geografia, economia, psicologia, ao passo que o papel do designer urbano exige embasamento de formação acadêmica no que diz respeito ao espaço físico. Outra distinção entre Urbanismo e Desenho Urbano diz respeito à escala: enquanto o Urbanismo lida com decisões políticas na escala da Cidade, o Desenho Urbano trabalha com o local, com a configuração e inter-relação dos elementos urbanos, como o traçado das ruas, a definição dos lotes, a disposição dos equipamentos urbanos, etc (DEL RIO, 1990).

Intencionando organizar um corpo de valores de referência para avaliação da qualidade do espaço urbano, Lynch (1981) propõe o conceito de dimensões de performance, um conjunto de metas que devem balizar a atuação do desenho urbano, sendo elas:

a) A vitalidade: capacidade da forma de oferecer suporte às funções vitais, requerimentos biológicos e capacidades dos seres humanos, em resumo, a maneira como o espaço protege a sobrevivência da espécie;
b) O sentido: capacidade do espaço habitado de ser apreendido e categorizado mentalmente no tempo e no espaço;
c) A compatibilidade: capacidade da forma e do espaço de alinhar-se aos padrões de comportamento das populações;
d) O acesso: capacidade de circular no espaço alcançando pessoas, atividades, recursos, serviços, informações e lugares, incluindo a quantidade e diversidade desses elementos que podemos alcançar;
e) Controle: capacidade das populações ocupantes do espaço de controlar o uso e o acesso ao espaço e suas atividades, sua criação, reparo e modificação.

A estas dimensões de performance, Lynch (1981) acrescenta outros dois meta-critérios, a eficiência e a justiça, que dizem respeito à manutenção e distribuição dos custos e benefícios dentro do espaço urbano projetado. Estas dimensões de performance aludem sobretudo à ideia do urbanismo que sucedeu às propostas modernistas não como um fim (cuja expressão mais óbvia é a utopia, a cidade modelo), e sim como um processo permanente de transformação, respeitando a cidade como entidade localizada no tempo e no espaço, cujas características e necessidades transfiguram-se junto com a sociedade que se apropria do espaço. Nesse sentido, a seguir são apresentadas teorias que se dedicaram a avaliação da relação entre sociedade e configurações espaciais, as quais orientaram-se, além de outras questões, por preocupações com segurança e redução de índices de criminalidade.

2.2.1 JANE JACOBS E A CRÍTICA AO MODELO DE URBANISMO MODERNISTA

Uma das principais críticas aos princípios do Movimento Moderno, que prevaleceu durante a primeira metade do século XX está contida na obra de Jane Jacobs. Publicada pela primeira vez em 1961, o livro Morte e Vida de Grandes Cidades, iniciou uma nova corrente de pensamento dentro do urbanismo que passou a ser conhecida como *New Urbanism.*

A preocupação de Jacobs (2011) voltou-se para a investigação dos processos de transformação do ambiente urbano, por meio da identificação dos elementos que tornam certas ruas e locais públicos mais seguros e frequentados do que outros; das razões pelas quais alguns bairros sofrem deterioração urbana enquanto outros conseguem revitalizar-se e da avaliação de quais políticas públicas são efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social das cidades.

Assim, sua proposta surge em particular oposição ao que denomina “urbanismo ortodoxo”, representado por Le Corbusier, Ebenezer Howard e Lewis Mumford. Jacobs argumenta que o movimento moderno

> [...] deu início à poderosas e destrutivas ideias: Ele concebeu que a única forma de lidar com as funções da cidade é separar e desagregar do todo certos tipos de usos, e dispô-los em relativo confinamento. Ele focou na habitação como problema central, a partir do qual as outras funções eram subsidiárias (...) Em particular, ele ignorou a intrincada, multifacetada vida cultural de uma metrópole. (JACOBS, 2001, p. 25-26)

Jacobs (2011) começa sua análise da segurança nas cidades partindo da questão das calçadas, seus usos e usuários. Em grandes centros urbanos calçadas não são ocupadas da mesma forma que nas pequenas cidades, sendo a principal diferença a presença de estranhos em maiores quantidades. Para a autora, essa é a base do problema de segurança: como fazer com que pessoas se sintam seguras nas calçadas, entre estranhos, sem que se sintam ameaçadas ou tendam a se trancar em seus domicílios.

Para Jacobs (2011), a paz social das ruas não é, como costuma acreditar-se no senso comum, fruto da atividade da polícia, e sim fruto de uma rede de controles e padrões de comportamento aceitos e executados pelas próprias pessoas. Portanto, a autora critica a diluição da densidade populacional com a criação de subúrbios afastados, entendendo ser fundamental o adensamento das cidades, com a presença de pessoas na rua, como suporte para a presença de desconhecidos. Jacobs (2011) enumera assim três características que vizinhanças seguras teriam em comum:

a) Demarcação clara entre espaço público e espaço privado;
b) Presença de “olhos na rua”, por meio de observadores presentes em edifícios orientados para a via pública;

c) Presença constante de transeuntes que somam-se ao número de “olhos vigilantes” e induzem as pessoas nos edifícios a voltarem-se para a rua.

Convencer pessoas a exercerem papel de vigilantes não é uma tarefa simples. Segundo a autora, o ideal é que elas não tenham consciência de que estão agindo nesse sentido, quando participam da vida pública de forma orgânica, voltando-se para o espaço das vias para participar da vida social. Jacobs (2011) afirma que o incentivo que faz com que cidadãos escolham entre responsabilizar-se ou abdicar de proteger estranhos é a confiança, construída a partir das relações de convivência nas ruas, que contribui para a existência de uma identidade comunitária, um sentimento de pertencimento e respeito mútuo.

Assim, dentre as propostas de Jacobs (2011), surge a ideia de uso misto, em contraposição ao zoneamento funcionalista preconizado no movimento moderno, que segrega espacialmente as funções da cidade. A mistura de usos, com a disposição de comércio ao longo da rua, que deem ao público razões para ocupar suas calçadas, podem proporcionar atrativos a vias que simplesmente funcionam como rotas de trânsito. Além disso, donos de comércio são interessados especiais na manutenção da segurança local, cuja clientela depende da sensação de segurança. A calçada se torna, então, o catalisador dos encontros, da vida pública a partir dos quais a rede de vigilância voluntária mantém a paz social sem a necessidade imediata de intervenção policial (JACOBS, 2011).

Ainda a respeito da relação da cidade com a segurança, Jacobs (2011) critica a preponderância da criação de parques e outros tipos de espaços abertos no discurso urbanístico, considerados como desejáveis em si, sem levar em consideração as qualidades e necessidades das comunidades que o cercam. Segundo Jacobs (2011) os parques, cujas atividades não promovam diversidade de usos localizados em seu entorno, sem a diversidade de públicos e olhos vigilantes que providenciam, são vítimas de vandalismo e insegurança. Sem essa diversidade, parques tornam-se vácuos urbanos se seu entorno é ocupado por um uso predominante, ele se esvaziará fora do horário de uso destes públicos. De fato, Jacobs (2011) compara o funcionamento de parques ao de comércios: parques devem oferecer bens que a comunidade demanda, como a oportunidade de praticar esportes e assistir eventos culturais.

2.2.2 A TEORIA DO ESPAÇO DEFENSÁVEL

Partindo das ideias apresentadas por Jacobs (2011), encontramos uma segunda corrente urbanística ligada à questão da segurança, denominada de Espaço Defensável (*Defensible Space*). Essa teoria, proposta por Oscar Newman enfatiza a moradia e suas diferentes tipologias como formas de controle do território, por parte dos habitantes e da comunidade. Nesse sentido, a ideia de território e a predisposição genética de certas espécies para defendê-lo, o que na concepção de Newman é extrapolada para o comportamento dos seres humanos, é central para o entendimento de suas propostas. Para Newman (1996), a tipologia e a disposição das moradias têm efeitos sobre o comportamento dos indivíduos, e, dentre todas as variáveis que predispõem uma comunidade a sofrer com a instabilidade e com o crime, a situação socioeconômica e o tamanho dos projetos de habitação, destinados a essa comunidade, são os mais preponderantes. Assim, existe uma relação de proporção inversa entre o sentimento de posse de uma família sobre o território e a quantidade de famílias que dividem tal sentimento. Ou seja, quanto mais famílias habitam um espaço comum, mais difícil se torna a relação de identidade e pertencimento, bem como o sentimento de controle sobre o tipo de atividade exercido sobre esse espaço (NEWMAN, 1996).

Quando menciona criminalidade, Newman (1996) parte do pressuposto de que infratores agem em função de uma relação custo x benefício, em que procuram maximizar suas recompensas ao mesmo tempo em que reduzem sua exposição a riscos. O antídoto seria, então, proporcionar espaços que facilitem a observação, a vigilância, a distinção de intrusos e dificultem sua fuga.

O autor trabalha assim com três tipologias de habitação em seu estudo:

a) Residências unifamiliares;
b) Residências plurifamiliares de baixa verticalidade (edifícios de até três pavimentos, chamados *walk-ups*, por dispensar elevadores) e;
c) Residências plurifamiliares de alta verticalidade (*high-rises* ou arranha-céus, edifícios onde o tráfego vertical por elevadores é imprescindível).

A forma como os habitantes se relacionarão com o entorno dependerá, então, de como essas tipologias se conformam. Nos casos das residências unifamiliares e

edifícios baixos é mais fácil formar laços de pertencimento e de responsabilidade. Em experiências realizadas, observou-se um esbatimento das fronteiras entre público e privado, com os jardins fronteiriços e as calçadas operando como um espaço semi-público. Por outro lado, nos casos de edifícios de alta densidade e verticalização, em que o espaço não utilizado pela edificação torna-se público, como no caso das superquadras modernistas, por exemplo, o sentimento de pertencimento diminui enquanto que o de insegurança aumenta, necessitando o espaço público da presença de vigilância privada e policiamento (NEWMAN, 1996).

Analisando dados estatísticos da polícia de Nova York, em 1967, Newman observou uma correlação entre a ocorrência de crime, não apenas com a presença de famílias de baixa renda e com projetos de habitação social, mas também com a distribuição física destas populações. Assim, alguns fatores podem influenciar a ocorrência de delitos, tais como:

a) Altura dos edifícios (quanto mais alto, maior a probabilidade de ocorrência de furtos e arrombamentos);
b) Número de unidades por edifício (quanto maior o número, maior a probabilidade) e;
c) Localização do acesso a estes (edifícios cujos acessos se dão para a rua e com maior número de acessos estão menos sujeitos a ocorrência destes crimes).

Além disso, a renda das famílias também afeta a probabilidade de serem vítimas de crimes, estando as famílias de baixa renda muito mais vulneráveis do que aquelas de renda mediana, principalmente quando seus núcleos familiares incluem apenas um adulto por habitação (NEWMAN, 1996).

Quando Newman (1996) cita o número de unidades de habitação social por projeto como uma variável na probabilidade de ocorrência de crimes, o argumento que o autor segue é o sentimento de isolamento e estigmatização percebidos por seus habitantes, principalmente quando os projetos são voltados apenas à parcela mais carente da população, sem a diversidade de públicos que Jacobs (2011) também defende. Essa estigmatização torna-se apatia, que se traduz em negligência e abandono, primeiramente por parte dos habitantes, e em seguida dos órgãos que administram e vigiam o espaço. Tais sentimentos de isolamento e estigmatização são

potencializados em grandes projetos com grau limitado de acessos. Assim, ainda que um projeto se destine a abrigar apenas habitantes de baixa renda, a apatia que corrói o convívio e a segurança pode ser combatida, limitando não apenas seu tamanho, mas aumentando a quantidade de acessos, reduzindo, assim, o número de habitantes responsáveis por eles, o que facilita a criação de laços de pertencimento e responsabilidade (NEWMAN, 1996)

Em termos de aplicações concretas do conceito de espaço defensável, Newman (1996) apresenta primeiramente uma solução que denomina mini vizinhanças, obtidas por meio de medidas com o objetivo de alterar a aparência e função das comunidades, limitar o tráfego de veículos e a característica das vias locais, para que propiciem espaços onde a comunidade possa se reconhecer e interagir. A transformação da maioria das vias locais em cul-de-sacs e a disponibilização de apenas uma entrada de veículos controlada por um portão, por exemplo, teriam um efeito positivo sobre a ocorrência de atividades associadas ao crime, como tráfico de drogas e prostituição, quando limitam as rotas de fuga e tornam o acesso da polícia mais rápido.

Assim, Newman (1996) lista alguns princípios que devem ser usados na criação de mini vizinhanças:

a) Tamanho: as mini vizinhanças idealmente devem limitar-se a incluir de três a seis vias. Limitar o tamanho da comunidade a ser incluída em cada mini vizinhança é importante para a criação de uma identidade compartilhada;
b) As configurações de cul-de-sacs não devem ser extensas, propiciando aos moradores pequenas distâncias para entrar e sair da comunidade, limitando o tráfego;
c) Mini vizinhanças devem agrupar ruas com características semelhantes de habitação, em termos de densidade, altura, recuos, área dos lotes, estilo arquitetônico, etc.;
d) O acesso a mini vizinhanças deve ser feito por meio de vias arteriais já existentes, facilitando o acesso de veículos de emergência e visitantes;
e) Os acessos por vias arteriais devem ser desenhados de forma a facilitar a entrada nas mini vizinhanças, mas desencorajar o tráfego de veículos;
f) A população afetada deve participar do processo de delimitação das mini vizinhanças.

Esses princípios, no entanto, não garantem o sucesso da implantação de um projeto de mini vizinhança sem o comprometimento das autoridades públicas e da comunidade, no que diz respeito ao estabelecimento de regras e de partilha de custos.

O importante nesses tipos de proposta, segundo Newman (2011), independente da escala e do desenho dos projetos, é fazer com que as comunidades se sintam responsáveis por cuidar do espaço comum, tenham uma oportunidade de sentir-se no controle do espaço e das atividades fora de suas habitações e criem uma sensação de orgulho e autoestima que os incentive a buscar melhorias. É o que argumentam Kelling e Wilson em sua teoria da Janela Quebrada:

> Desordem e crime estão comumente ligadas intrinsecamente, formando uma espécie de sequência de acontecimentos. Psicólogos sociais e policiais concordam que se uma janela em um edifício é quebrada e deixada sem reparo, o resto das janelas terá logo o mesmo destino. (KELLING; WILSON, 1982, p26)

Tanto quanto o cuidado com o espaço semi-público tem o poder de incentivar positivamente vizinhos a que se responsabilizem também pela boa aparência de seus territórios, o descaso tem a capacidade de erodir a autoestima dos habitantes. É que aconteceu em Phoenix, Arizona, em 2015, que numa tentativa de frear a deterioração urbana de certos distritos, proibiu janelas quebradas e/ou cobertas por compensados de madeira, obrigando proprietários a vedar suas esquadrias com um filme de policarbonato (conhecido no mercado como plexiglass) (CASSIDY, 2015).

2.2.3 A TEORIA DA SINTAXE ESPACIAL

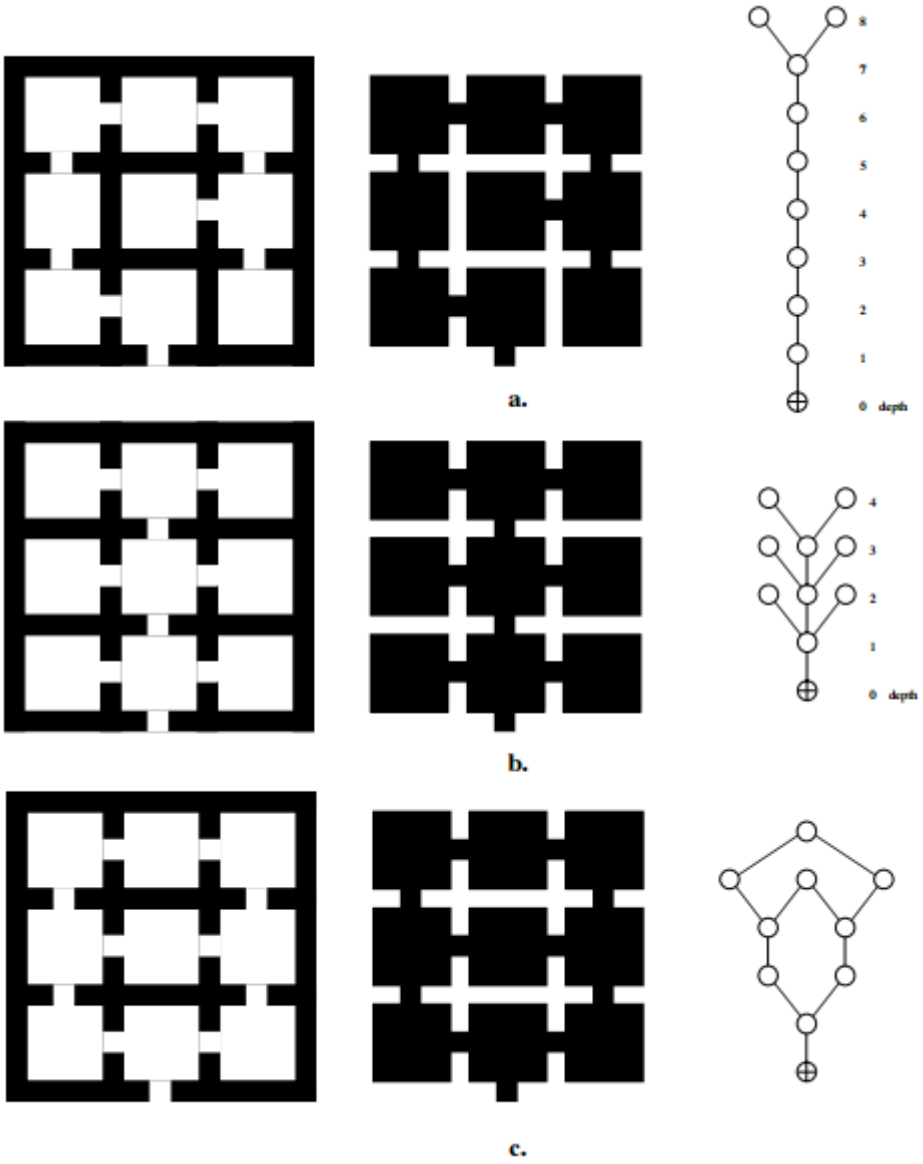
A teoria da sintaxe espacial parte do pressuposto de que a arquitetura projeta abrigos, ou seja, a relação entre arquitetura e espaço descreve quem deve proteger e quem deve ser protegido (HILLIER, 1999). Essa relação será então sempre tautológica, tendo em vista que a definição do espaço dependerá de sua posição com relação ao objeto arquitetônico: dentro: abrigado, seguro; fora: vulnerável, perigoso. Trata-se de uma relação de distinção, pois o agir sobre um espaço utilizando matéria define seus limites, não apenas em termos de qualidades físicas, mas também de qualidades lógicas. Assim, um objeto arquitetônico incorpora duas entidades, o

espaço na sua manifestação física, em termos de barreiras e limites e na sua manifestação sociocultural, ligada aos padrões de conformação do espaço. O diálogo entre essas duas manifestações é definido como configurações, compreendido como "um conceito usado para intitular a totalidade de um complexo ao invés de suas partes, considerando séries de vínculos de interdependência entre elas que formam tipos particulares de estruturas (HILLIER, 1999).

Segundo essa teoria, o espaço costuma ser considerado em termos típicos da experiência humana, herdadas do método cartesiano. Assim, o espaço passa a ser entendido e investigado por meio de medidas de extensão, como distância, comprimento, etc. e, consequentemente, como abstração mental, neutra e independente da própria experiência humana, que permite que o espaço seja apreendido. O problema de entender o espaço definindo-o assim é deixar escapar a própria forma como a experiência humana molda o espaço: encontrar, desagregar, evitar, interagir, não são apenas atividades que ocorrem no espaço, elas constituem configurações de ocupação espacial (HILLIER, 1999).

A Figura 2 ilustra alguns exemplos de como diferentes espaços podem ser representados graficamente a partir da relação de aberturas e permeabilidade, facilitando a legibilidade da configuração espacial. Na coluna da esquerda temos um conjunto de pátios delimitados por paredes, dentro das quais percebemos aberturas. Na coluna do meio, invertendo-se a relação figura-fundo, obtemos uma indicação visual dos padrões de organização dos elementos espaciais, e na coluna da direita, uma leitura visual que Hillier (1999) denomina de j-graphs, diagramas matriciais em forma de árvore, nos indica o quão permeáveis são os espaços a partir da contagem de ligações entre os nós. Percebemos, por meio da análise destas matrizes como se estrutura o fluxo destes espaços, desde uma configuração linear no exemplo "a" até uma configuração descentralizada, com uma hierarquização menos rígida no exemplo "c".

FIGURA 2 - Exemplos de configuração da Sintaxe Espacial



Fonte: Adaptado de HILLIER (1999)

Logo, quando o homem ocupa o espaço, povoando-o com sua cultura e suas necessidades, ele gera configurações, cujo aprendizado não necessariamente passa por um esforço consciente de articulação das partes constituintes (HILLIER, 2011). Por exemplo, identificamos uma determinada disposição de pontos no espaço como a letra L sem que tenhamos que considerar, definir e categorizar individualmente cada ponto. Essa capacidade de ordenar e conferir sentido a elementos em relação espacial de proximidade e distância ganha na sintaxe espacial o termo “regularidade não-discursiva”. Trata-se de uma construção mental cujos aspectos configuracionais não se apresentam de forma discursiva, ou seja, apreensível através de recursos de

linguagem. Regularidades não-discursivas pertencem assim à esfera da matemática, da geometria, da estatística, etc.

Hillier (1999) argumenta a favor de uma teoria analítica da arquitetura, em contraponto à tendência (adquirida através de teorias normativas) dos planejadores, arquitetos e designers de sintetizar em suas propostas conteúdos ideológicos e ontológicos, isto é, confundem "o que é" com o que "deveria ser". Sobre esse aspecto, o autor cita a teoria de Oscar Newman como exemplo desse processo:

> Newman diz a arquitetos que eles devem ambicionar a criação de espaços para além da habitação, de forma que seus habitantes possam se identificar e controlá-los, para então especificar técnicas hierarquizantes de organização do espaço no sentido de realizar tal ambição. Poderíamos chamá-las de proposições gerais e específicas sobre arquitetura encontradas numa teoria arquitetônica típica. A proposição geral, ou intenção, gera um objetivo enquanto a proposta específica, ou técnica arquitetônica, propõe um tipo de design como fim para atingir os efeitos desejados (HILLIER, 1999, p.47).

Segundo Hillier (1999), o problema da teoria de Oscar Newman é desconsiderar o conteúdo não-discursivo em seu processo de formulação. Assim, Hillier (1999) argumenta que a teoria do Espaço Defensável ignora os casos em que a hierarquização espacial sobre a qual residem suas propostas não existe. A crítica que a Sintaxe Espacial faz a esse modelo teórico diz respeito à separação entre forma e função que surgiu na maneira de ler a cidade. Nesse sentido, profissionais responsáveis por analisar a função do espaço urbano não conceitualizam o design, e aqueles que propõe o seu desenho urbano estão separados da função que seus espaços projetados terão (HILLIER, 2011). Esse problema é agravado pelo fato de que forma e função não estão em sincronia, com mudanças no funcionamento do espaço urbano ocorrendo com maior velocidade e dinamismo do que as mudanças no seu desenho.

A Sintaxe Espacial se diferencia por ser uma teoria analítica, cujas premissas não surgem de bases discursivas, e sim da investigação das regularidades não-discursivas através de técnicas também não-discursivas. Dessa forma, a análise do espaço vai além da observação de leis da física, resultando no entendimento da configuração espacial e dos propósitos sociais que esta configuração expressa. Com

base nestas técnicas é possível representar graficamente o espaço e avaliar elementos como permeabilidade, integração, dominância, visibilidade.

Um pilar central da teoria da Sintaxe Espacial é o conceito de movimento enquanto elemento fundamental da configuração espacial (HILLIER, 1999). A teoria fundamenta-se no entendimento de que questões socioeconômicas definem as relações entre o movimento e a estrutura da malha urbana. Dessa forma, as cidades podem ser entendidas como “economias de movimento”, cujo funcionamento ocorre pela articulação de partes atuando em conjunto. Como resultado, surgem os efeitos recíprocos entre espaço e movimento e, os efeitos multiplicadores decorrentes dos padrões de ocupação e densidade (HILLIER, 1999).

Concretamente, isso significa que estudando o gabarito de uma cidade, podemos, por exemplo, medir a integração de cada rua com o sistema global, adotando valores gráficos de avaliação. Essa abordagem permite, por exemplo, prever a lógica dos trajetos e ocupação das calçadas e vias por pedestres e motoristas.

Em termos de favorecimento ou estímulo de situações de comportamentos patológico, Hillier (1999) introduz a ideia de desurbanismo resultante da aplicação oposta de suas técnicas, usando princípios como a interrupção da relação entre edifícios e espaço público e da interface entre habitante e forasteiro. Segundo Hillier (2011), essa interrupção gera lacunas na economia do movimento, que são preenchidas com usos e comportamentos antissociais. Por isso defende a importância da mixagem adequada entre linhas segregadas, como por exemplo, loteamentos habitacionais e linhas integradas, vias coletoras e arteriais, que distribuem o fluxo na escala da cidade. O desalinhamento entre esta configuração espacial pode acarretar em um aumento na dispersão e duração das viagens e, consequentemente, em uma diminuição na economia do movimento, na medida em que viagens se tornam um sistema monolítico de origem-destino, perdendo a organicidade de viagens com múltiplos propósitos. É possível observar esse feito em uma cidade quando falamos, por exemplo, nos enclaves urbanos (CALDEIRA, 2000), dos quais já tratamos no início do capítulo, como espaços em cujo interior não há a possibilidade de movimento natural, criando uma descontinuidade na malha urbana.

Estas técnicas nos permitem avaliar a frequência de encontros entre pedestres, definido por Hillier (1999) como co-presença, a partir de variáveis como o comprimento dos trajetos, a velocidade dos transeuntes e a quantidade de movimentos, indicando

a partir dos resultados qual a média de contatos visuais que transeuntes terão entre si. Logo, se considerarmos uma situação de um bairro onde a frequência de encontros é pequena, com as ruas excessivamente segmentadas, e um estreito campo de visão, observamos uma mudança de comportamento com relação a vias que oferecem sensação de segurança pela frequência dos encontros, que ocorrem, nesse caso, de forma súbita, sem que o pedestre tenha oportunidade de avaliar a situação (HILLIER, 1999). Assim, como nas propostas de Oscar Newman já citadas no capítulo 2.2.2, Hillier (1999) apresenta o caso do número e distribuição dos acessos aos edifícios como fator influente na segurança. No entanto, ao contrário de Newman (1996), Hillier centra sua proposta na economia de movimento, negando a construção de mini vizinhanças por considerar a presença de indivíduos estrangeiros tão necessária quanto a de habitantes. A vigilância passa a ser não apenas responsabilidade dos olhos dos ocupantes das habitações, mas um processo dinâmico em que forasteiros mantém vigilância natural do espaço enquanto habitantes vigiam forasteiros. A proposta de Hillier (1999) fundamenta-se na questão de como desenhar um espaço cuja economia de movimento maximize os encontros e limite a segmentação.

2.2.4 SÍNTESE DAS TEORIAS APRESENTADAS

A partir da leitura das propostas de Jacobs, Newman e Hillier nos itens anteriores, podemos identificar alguns itens em comum, que serão úteis para a construção das diretrizes para a proposta de intervenção. Observamos de um lado que seu foco, em geral, está na questão da visibilidade, que retoma o conceito do Panóptico em Foucault, utilizando-se da presença de olhos no espaço urbano como forma de controle do comportamento indesejado, desmotivando a ocorrência de crimes.

Outro tema coincidente entre as três linhas de pensamento é a questão da integração, que entende a segregação espacial como um elemento nocivo à segurança e que deve ser evitado, provendo aos diferentes grupos que habitam a cidade oportunidades para que interajam e se sintam incluídos ao espaço urbano.

Por último, observamos o tema do controle territorial, que deve existir como forma de incentivar o habitante a sentir-se responsável pela segurança no local, mas que nunca deve ser promovida negando o espaço público levando à criação de

enclaves, mas sim da criação de um sentimento de pertencimento que seja inclusivo e integrado à cidade.

3. ESTUDOS DE CASOS CORRELATOS

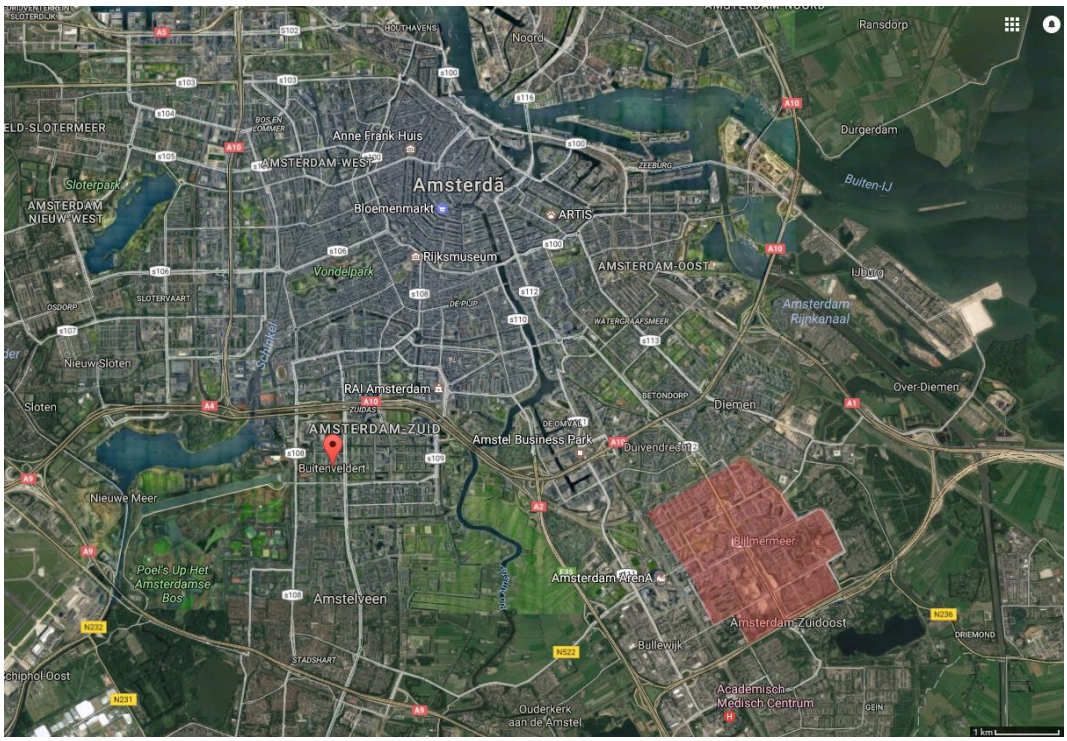
A partir da conceituação teórica que abordou temas relacionados ao desenvolvimento da criminalidade, comportamentos humanos e suas repercussões no território e no espaço urbano, foram selecionadas experiências que, em certa medida, aplicaram teorias e práticas orientadas à prevenção da criminalidade por meio do desenho urbano. Nesse sentido, foram realizadas a análise de duas experiências europeias, nas cidades de Amsterdã e Copenhagen, e uma experiência brasileira, com o objetivo de verificar medidas espaciais adotadas na prevenção da violência. Nesse sentido, os correlatos foram analisados a partir da compreensão do contexto local, da problemática que motivou o projeto e das orientações projetuais adotadas. Ressalta-se que no Brasil, ainda são escassas experiências que articulem a redução de criminalidade com o desenho urbano.

3.1 BIJLMERMEER

3.1.1 CONTEXTO DO PROJETO

O Bijlmermeer é parte de um enclave composto por quatro distritos (Bijlmermeer, Venserpolder, Gaasperdam e Driemond) conhecido por Amsterdam-Zuidoost, situado na porção sudeste da cidade, planejado na década de 1960, para resolver problemas de oferta habitacional que afetavam as primeiras gerações do pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo os *baby boomers*. O distrito de Bijlmermeer foi concebido como um projeto único, destinado a abrigar uma população de 100.000 habitantes, atendendo desde famílias de baixa renda até a classe média (COSTTU, 2014). O complexo se conecta ao centro de Amsterdã por uma linha de metrô elevada.

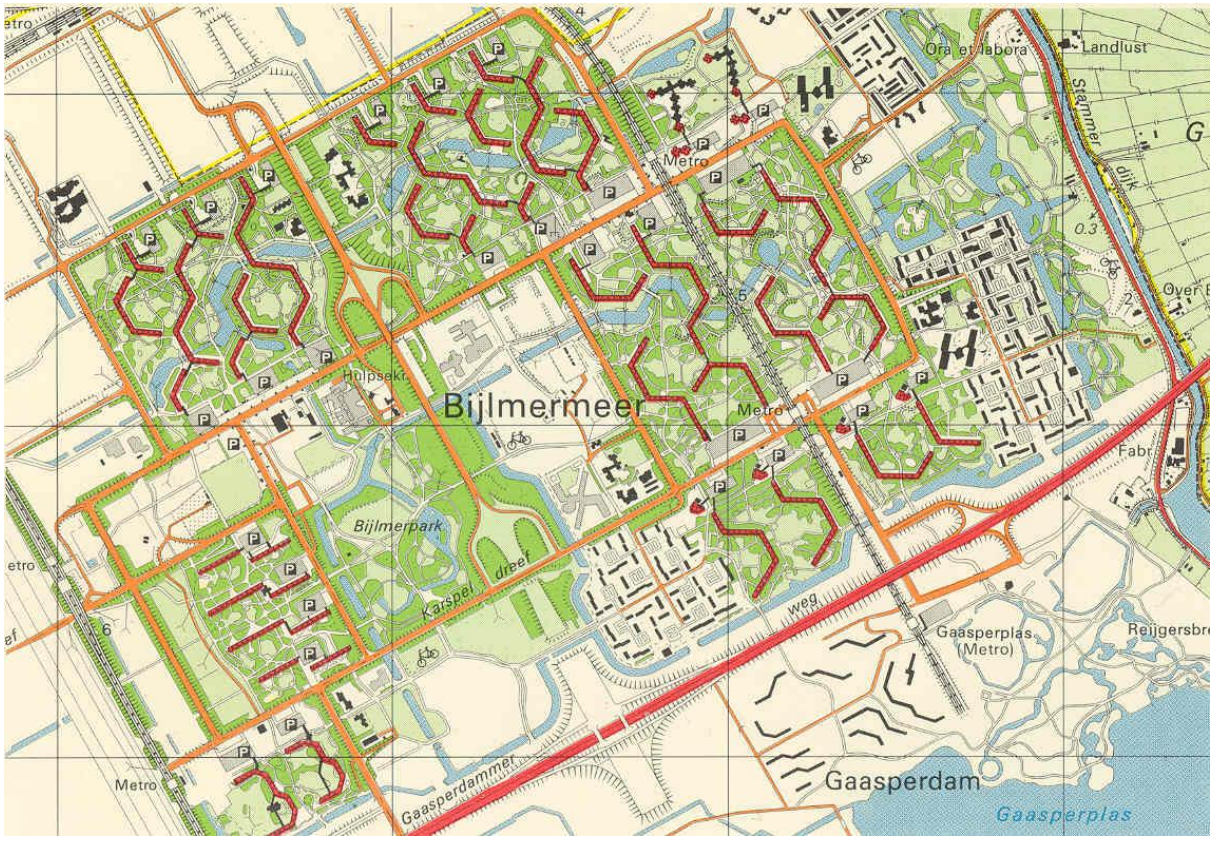
Figura 3 - Localização do Bijlmermeer



Fonte: GOOGLE MAPS (acessado em 18/05/2017)

As habitações originais do Bijlmermeer foram concebidas de acordo com as recomendações da Carta de Atenas e das propostas modernistas de Le Corbusier para a Cidade Radiante. Assim como a maioria dos projetos de habitação construídos em Amsterdã, desde a segunda metade do século XX, consistia em grandes blocos de edifícios verticalizados de alta densidade demográfica, intercalados por grandes áreas verdes livres.

Figura 4 – Master Plan Original do Bijlmermeer



Fonte: TOWER RENEWAL BLOG (2008)

Inspirados nas ideias modernistas de funcionalidade e racionalidade, os edifícios do Bijlmermeer se dispunham num grid hexagonal delineado por grandes lâminas de edifícios de dez pavimentos, quase idênticos entre si, tanto na aparência quanto nos materiais e técnicas industrializados. Assim, como em outras propostas urbanísticas modernistas, o distrito funcionaria como um dormitório para onde os moradores se deslocariam quando terminassem de exercer suas atividades econômicas. O plano original não previa usos mistos, ao passo que contemplava também uma separação física dos fluxos, ainda nos moldes dos ideais modernistas de segregação de funções. Pedestres e ciclistas trafegavam em desnível, abaixo das vias destinadas à passagem de veículos (figura 6).

Figura 5- Vista aérea do Bijlmermeer

Fonte: COSTTU (2014)

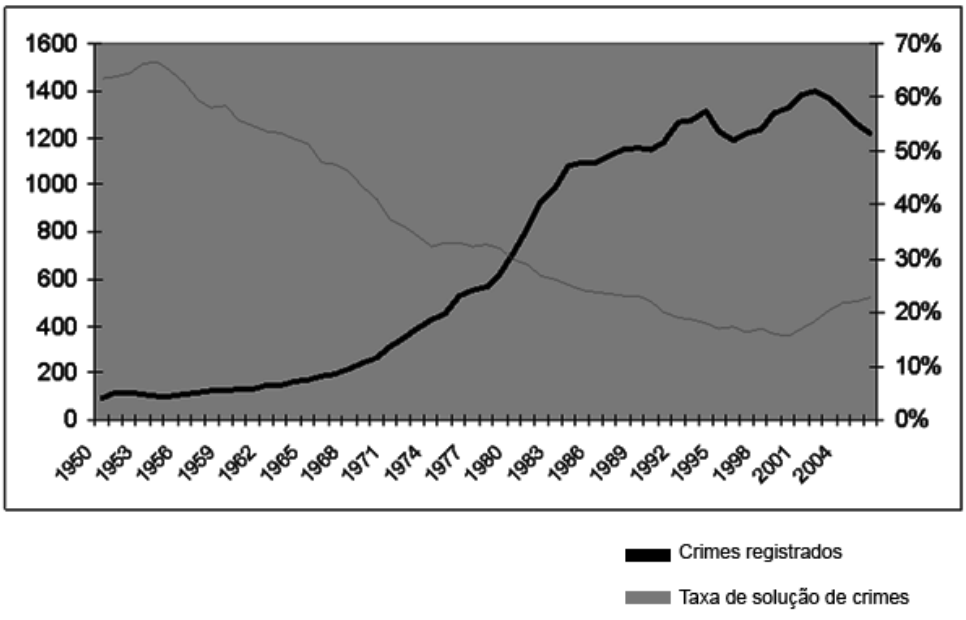
Figura 6 – Separação das vias de veículos e pedestres

Fonte: COSTTU, 2014

3.1.2 SITUAÇÃO QUE MOTIVOU O PROJETO

Quando foi projetado, seguindo as premissas do modernismo, o Bijlmermeer não incluía preocupações com a questão da criminalidade. Para o urbanismo modernista, desde que a cidade funcionasse como uma máquina, cada habitante saberia adequar-se e cumprir sua função social (CHOAY, 2013). Jacobs (2011) critica essa atitude projetual que coloca a ideologia acima da realidade, concebendo utopias, que ignoram as circunstâncias e necessidades locais. Assim, na década de 1970, quando a situação econômica holandesa prosperou, resultando em ganhos expressivos na renda média da população, a expansão do consumo acarretou em um desequilíbrio entre a oportunidade para o crime e a percepção do risco associado, resultando num aumento nos índices de criminalidade em áreas despreparadas para lidar com o problema, como é o caso do Bijlmermeer (COSTTU, 2014). Essa situação foi agravada com a declaração de independência do Suriname em 1975, que gerou um fluxo migratório para a Holanda de populações em condições financeiras precárias, assentadas pelas autoridades de Amsterdam nos apartamentos vagos do complexo. A combinação destes fatores acarretou um aumento acentuado da atividade criminosa em Amsterdam, a partir de meados da década de 1970 (COSTTU, 2014), conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Crimes registrados e taxas de solução de crimes na Holanda (período de 1950 – 2007)



FONTE: COSTTU (2014)

Todos esses problemas resultaram em desinteresse na aquisição de unidades por parte das comunidades de classe média, que preferiram estabelecer-se em áreas próximas, mais atrativas da cidade, as quais foram planejadas segundo um modelo distinto de ocupação, em subúrbios de baixo gabarito. O Bijlmermeer tornou-se uma área para onde apenas famílias sem condições de arcar com os custos de outras áreas da cidade se dirigiram, tais como os imigrantes do Suriname e as pessoas em listas de espera de associações de moradia (COSTTU, 2014). Sublocação era um fenômeno frequente, criando problemas de superpopulação, com habitantes desempregados e viciados em drogas dividindo o mesmo apartamento. O risco de roubos, furtos e estupros era duas vezes maior no Bijlmermeer do que no resto de Amsterdam (COSTTU, 204). As vastas áreas verdes que separavam os edifícios, mal projetadas e iluminadas, abandonadas pelos habitantes, foram ocupadas por delinquentes, traficantes, membros de gangues e outros elementos indesejáveis.

Por fim, uma tragédia envolvendo o choque de um avião Boeing em um dos edifícios, em 1992, marcou um ponto de partida para uma mudança de estratégia e uma reviravolta na política de administração do distrito (Figura 7).

Figura 7 - Cena do acidente do Boeing El Al Flight 1862 (04/10/1992)

FONTE: CTM ENTERTEINMENT (2017)

3.1.3 A DEFINIÇÃO PROJETUAL

Uma das primeiras decisões tomadas logo após o incidente com o Boeing, foi a unificação de todas as habitações sob a tutela de uma nova associação de imóveis chamada Nieuw Amsterdam, que absorveu os prejuízos de todas as inúmeras imobiliárias que administravam os blocos de edifícios. Esta associação foi doravante a centralizadora de todas as medidas de revitalização do distrito.

A primeira fase das medidas para melhorar a qualidade de vida e reduzir a criminalidade constituiu-se de abordagens fundamentadas nas recomendações do CPTED[6], que buscaram atenuar os efeitos da grande escala dos edifícios, prevendo ações pontuais que objetivaram aumentar a presença e o controle dos habitantes sobre o espaço. As medidas incluíam:

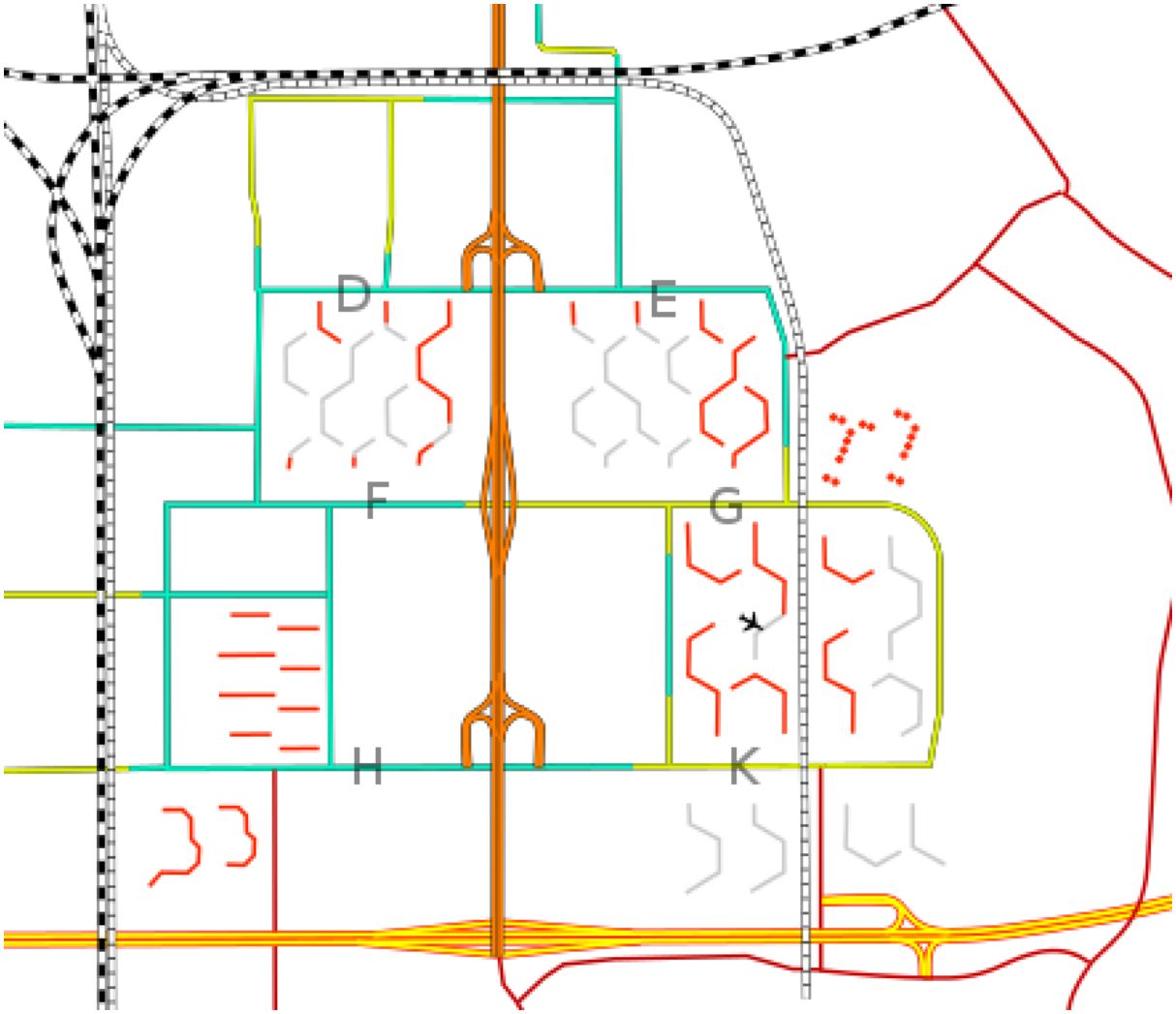
a) Divisão dos apartamentos de 4 e 5 dormitórios em unidades menores;
b) Redução do preço dos aluguéis e gratuidade das vagas de estacionamento;
c) Demolição dos estacionamentos desocupados;
d) Transformação de parte das áreas verdes públicas em lotes que os moradores poderiam usar para jardinagem ou hortas;
e) Reforma dos pavimentos térreos, que antes eram usados como depósitos, em unidades de apartamentos;
f) Melhorias na iluminação noturna;
g) Aumento do número de acessos e elevadores e compartimentalização dos blocos.

Embora as primeiras mudanças tenham surtido algum efeito, elas não foram suficientes para lidar com a complexa dinâmica dos problemas que afetavam a área, como o tráfico de drogas, cujas atividades foram expulsas do centro de Amsterdã, o aumento dos índices de desemprego e os cortes nos gastos sociais. Essa gama de problemas foi suficiente para desequilibrar os efeitos positivos que o emprego da CPTED propiciou.

[6] CPTED, ou Crime Prevention Through Environmental Design, é a denominação norte-americana das teorias de Espaço Defensável, já abordadas no subcapítulo 2.2.2.

Assim, a partir de 1995 um novo tipo de abordagem foi proposto, considerando essas questões de forma holística, a partir de uma renovação espacial e social, iniciada com a demolição de 6.500 apartamentos, dos 12.500 construídos. A Figura 8 indica em vermelho os blocos mantidos e em cinza os demolidos, com detalhe para o local da queda do avião Boeing.

Figura 8 - Planta esquemática das Demolições do Biljmermeer (indicadas em cinza)



FONTE: STAM (2007)

Os blocos demolidos foram substituídos por moradas de gabarito mais baixo, com até 4 pavimentos. A ideia era adensar a ocupação horizontalmente, na direção oposta do projeto anterior, de limitar a ocupação territorial, verticalizando os edifícios. Também foram demolidas as passagens elevadas de veículos.

Figura 9 - Passagem de veículos elevada (1978), demolida e rebaixada (2012)

FONTE: COSTTU (2013)

Em uma das áreas onde funcionava um shopping center, foi anexado um novo complexo de entretenimento, com um conjunto de salas de cinema, dois auditórios de música e um estádio de futebol, o Amsterdã Arena (Figura 10).

Figura 10 - Amsterdam Arena

FONTE: COSTTU (2013)

Também os antigos prédios de estacionamento foram demolidos, dando lugar a pequenos negócios, gerando renda e emprego para o distrito. Este programa, aliado a outras medidas sociais, como treinamento profissional e planejamento familiar, contribuiu para reter a população que já habitava o local, contribuindo para a geração de renda e sustentabilidade da permanência das famílias, impedindo que a

valorização no preço da terra, decorrente das renovações propostas, expulsasse essa população do Bijlmermeer.

No entanto, a maior e mais profunda medida proposta foi o redesenho do traçado urbano e do gabarito das edificações. Inspirando-se na experiência bem-sucedida do Grachtengordel, o conjunto de canais formando um anel em volta do centro de Amsterdã, cujas quadras, com edifícios contínuos na testada dos lotes, conformam pátios internos, sendo estes os elementos visuais mais marcantes e conhecidos da morfologia da cidade, o plano para renovação do Bijlmermeer propôs uma solução semelhante para o espaço remanescente a partir da demolição dos blocos (COSTTU, 2014).

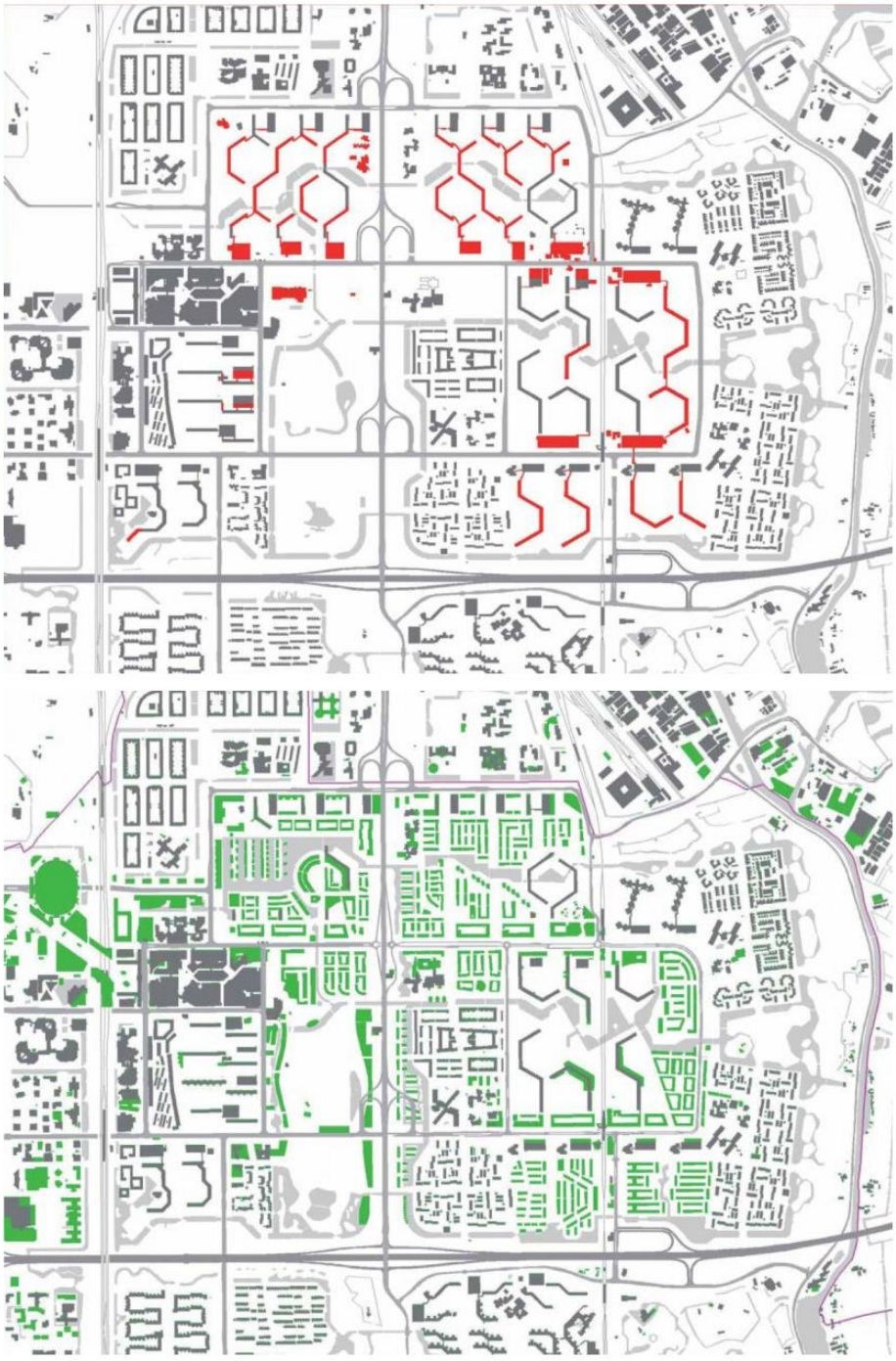
Figura 11 - Vista aérea do Grachtengordel

FONTE: PIQUESHOW (2013)

O novo desenho das quadras facilitou a demarcação entre áreas públicas e privadas; reduziu a quantidade de áreas verdes públicas em desuso direcionou os acessos e os fluxos, facilitando o controle do espaço por parte dos residentes; diminuindo opções de rotas de fuga por parte dos criminosos. Além disso, a proposta previu a flexibilização do zoneamento, permitindo a presença de comércios,

equipamentos públicos e espaços para eventos musicais e esportivos, incentivando assim a ocupação constante das vias pela diversidade de usos e funções.

Figura 12 - Mapa figura-fundo do Bijlmermeer antes e depois da renovação

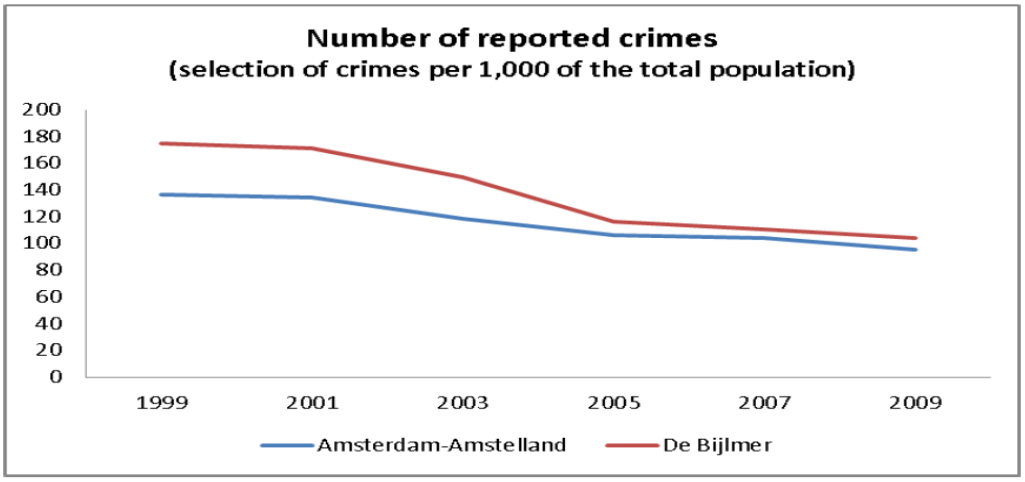


FONTE: LOERAKKER E OLSON (2013)

Para acompanhar e avaliar a eficácia das medidas de renovação, foi proposto um sistema de monitoramento chamado Bijlmermonitor. Desde 1997, uma pesquisa

era conduzida anualmente junto à comunidade residente no local e comparada com os resultados obtidos nas demais áreas de Amsterdã. Nesta pesquisa eram considerados dados como estatísticas de crimes, nível de desemprego e de escolaridade, como indicativo para mensurar os efeitos do processo de renovação. De modo geral, o projeto foi considerado bem-sucedido, fato que pode ser verificado no Gráfico 2 que demonstra que o nível de crimes reportados no distrito aproxima-se da média na cidade, ao longo da década em que as renovações aconteceram.

Gráfico 2 - Número de crimes reportados em Amsterdã e em Bijlmermeer (período de 1999 – 2009)



FONTE: COSTTU (2013)

3.2 SLUSEHOLMEN

3.2.1 CONTEXTO DO PROJETO

O Sluseholmen situa-se na orla de Copenhagen, Dinamarca, composta por uma eclusa, um píer e uma península artificial. Até a década de 1980, essa região abrigava indústrias pesadas como uma fábrica de veículos da Ford, vista ao fundo na Figura 13.

Figura 13 - Slusenholmen, Copenhagen (1930)

Fonte: VAEGGEN (2017)

Atualmente a área é ocupada por um empreendimento de uso residencial misto, construído sobre uma península composta por oito ilhas artificiais, compreendendo 1.350 apartamentos, distribuídos em blocos de edifícios de quatro a sete pavimentos. O bairro conecta-se ao centro de Copenhagen por linhas de ônibus e barcas (figura 14).

Figura 14 - Localização do Sluseholmen na malha urbana de Copenhagen (em vermelho)

Fonte: GOOGLE MAPS (acessado em 20/05/2017)

3.2.2 SITUAÇÃO PROBLEMA QUE MOTIVOU O PROJETO

A partir do início da década de 1970, quando ocorreram mudanças na dinâmica macroeconômica de produção e transporte de bens na Europa, diversos portos e orlas marítimas situados nos países escandinavos foram desocupados, abandonados e, consequentemente, tornaram-se focos de decadência urbana, atraindo atividades indesejadas como o crime e o tráfico de drogas. No caso do Sluseholmen, até 1980 a região abrigava predominantemente indústrias pesadas e tráfego de navios cargueiros. Seguindo uma tendência dos outros países da União Europeia, a Dinamarca sofreu uma transferência de sua base industrial e de empregos

relacionados à manufatura para o Leste Europeu, desindustrializando-se e tornando-se uma economia focada na prestação de serviços e desenvolvimento de tecnologia e informática (WINTHER, 2007).

Ferrari e Fraser (2012) relatam que, motivadas por uma recessão que atingiu a Dinamarca em 1970, as autoridades de Copenhagen iniciaram debates para identificar soluções para o futuro de suas orlas e áreas portuárias. Esses debates prosseguiram ao longo das duas décadas seguintes, com a criação do *Port of Copenhagen Company*, uma empresa estatal destinada a unificar, gerenciar e planejar o desenvolvimento de todas as áreas portuárias da cidade. Para enfrentar o alto nível de desemprego, que ainda afetava a cidade, apesar da melhora das condições econômicas do país na década de 1990, a empresa *Port of Copenhagen Company* propôs um zoneamento que transformou algumas das áreas portuárias da cidade em centros comerciais, aproveitando a valorização dos terrenos da orla para torná-los atrativos a empreendimentos que gerassem empregos. No entanto, a municipalidade de Copenhagen considerava que a oferta de habitações também deveria ser expandida utilizando o potencial destas áreas portuárias. Assim, identificou-se a área do Sluseholmen como um dos locais para o desenvolvimento de projetos piloto, visando a expansão do estoque de habitações (FERRARI; FRASER, 2012).

Discussões acadêmicas sobre criminalidade e as experiências modernistas mal sucedidas no distrito de Vollsmose, situado na cidade de Odense, Dinamarca, foram articuladas por um grupo de arquitetos e pesquisadores dinamarqueses, liderados por Bo Grönlund (LAVILLE, 2014). Essas discussões conduziram algumas premissas do projeto como a preocupação com orientações de segurança e aplicação do conceito de espaço defensável, com o objetivo de combater a percepção de que área em questão era perigosa, dada sua configuração física e relativo isolamento com relação ao restante da cidade. Embora a consideração da criminalidade não tenha sido um fator exclusivo e determinante no projeto, as propostas de criação de espaços seguros fizeram parte de uma estratégia integrada do plano diretor de Copenhagen (FERRARI; FRASER, 2012).

3.2.3 A DEFINIÇÃO PROJETUAL

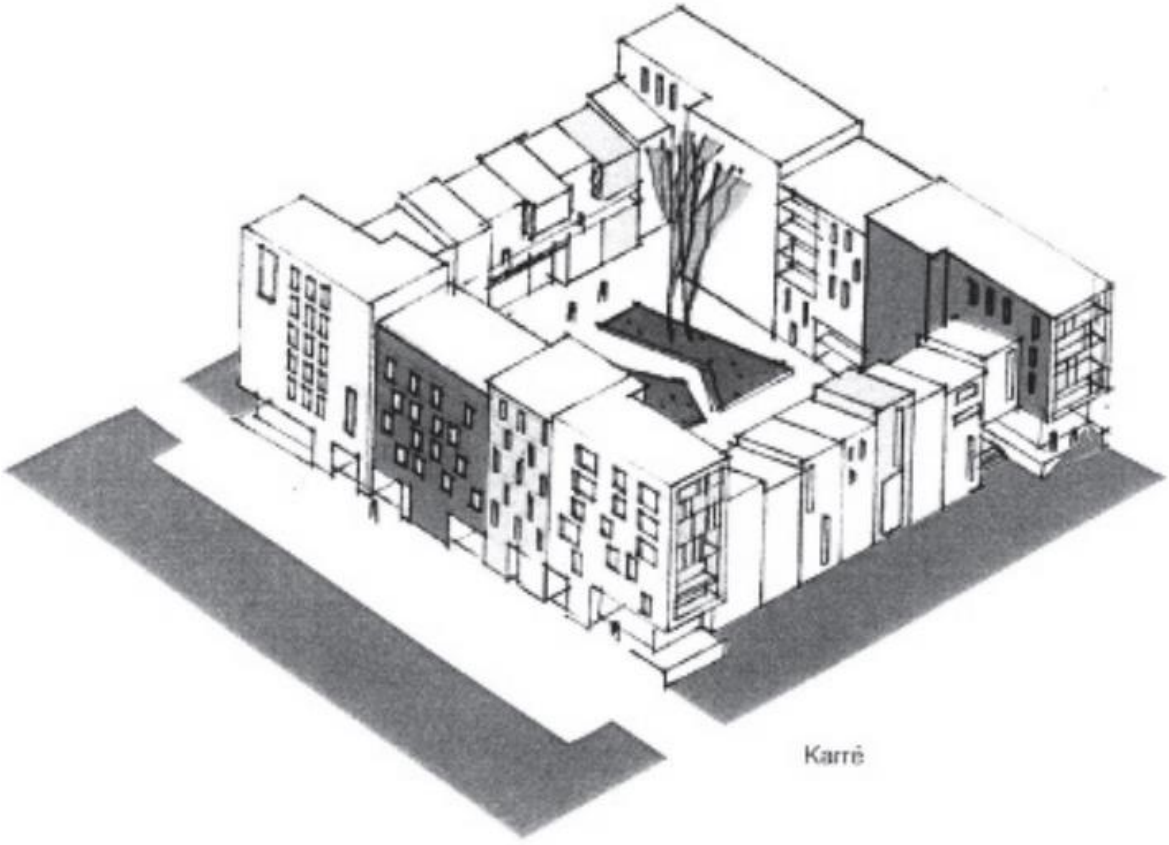
A primeira diretriz que orientou a intervenção foi o alinhamento do projeto com o plano diretor da cidade que busca revitalizar toda a área portuária de Copenhagen, que compreende a extensão de 12 km. De acordo com esse plano, das quatro orlas principais da cidade, o Sydhavnen, ou porto sul, seria ocupado por um misto de áreas comerciais e residenciais. A área de Sluseholmen, correspondente a parte mais extrema do porto sul, era originalmente ocupada principalmente por fábricas desativadas e pátios de ferro-velho. O novo plano previa um desenvolvimento desta área, com a previsão de novos espaços residenciais de médio-alto padrão, servidos por comércios, escolas, escritórios e transporte público. A intenção era vencer o preconceito sobre áreas industriais, gerando uma influência positiva na percepção sobre a qualidade de vida em espaços inóspitos por meio de ações de design (FERRARI; FRASER, 2012).

Figura 15 - Diagrama de Copenhagen com as quatro áreas porturárias principais (marcadas na cor escura)

FONTE: FERRARI E FRASER (2012)

Determinadas as diretrizes, os arquitetos encarregados do desenvolvimento do projeto realizaram um estudo de viabilidade, identificando um potencial construtivo para 1.310 unidades residenciais, que estariam dispostas em oito ilhas artificiais. Essas ilhas seriam separadas por uma rede de canais aquíferos e vias de acesso, ao longo das quais blocos acompanhando seus perímetros conformariam pátios internos (Figura 16).

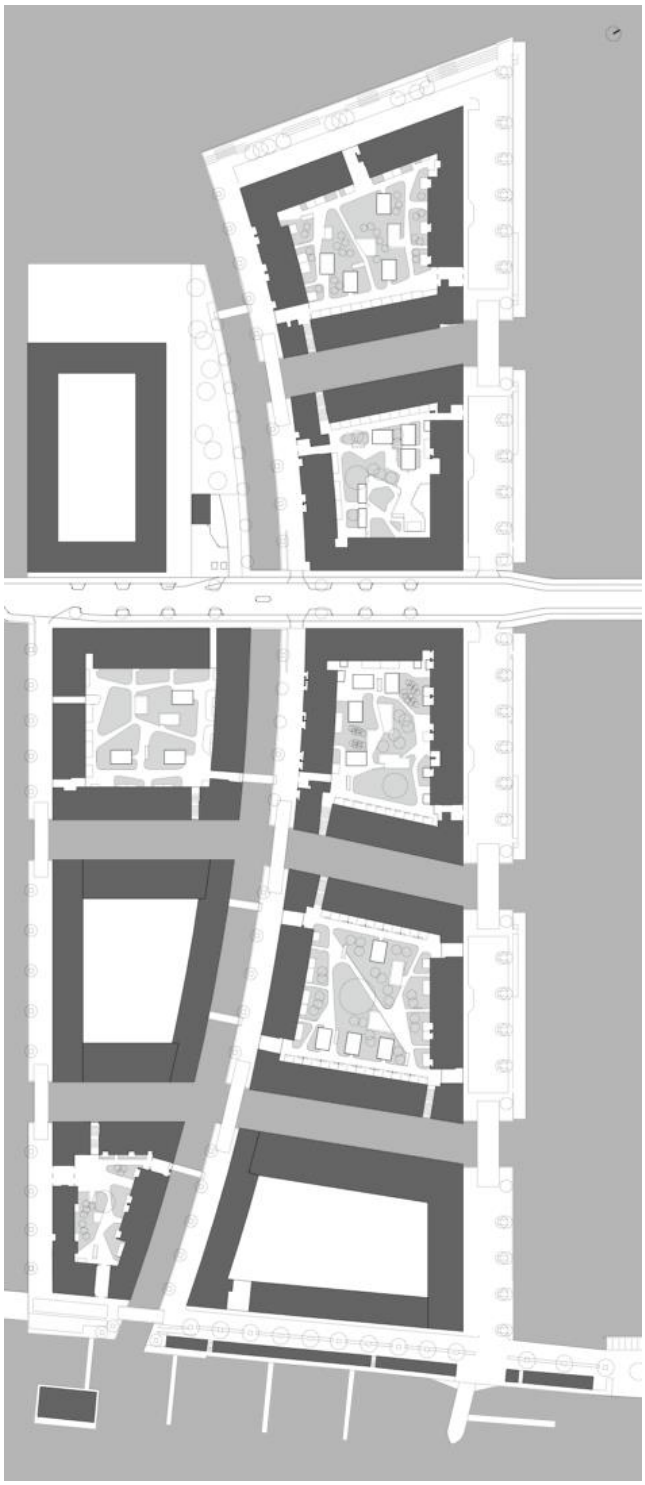
Figura 16 - Croqui da disposição dos edifícios de apartamentos no perímetro da ilha.



FONTE: FERRARI E FRASER (2012)

O desenho do loteamento estrutura-se por uma via principal de acesso, curva, que atravessa as ilhas de leste a oeste, enquanto os canais e vias secundárias seccionam o loteamento ortogonalmente (Figura 17). Veículos, pedestres e ciclistas compartilham a superfície das vias. Embora os blocos sejam predominantemente residenciais, o pavimento inferior dos edifícios, com fachada para as vias de acesso, está reservado para áreas comerciais.

Figura 17 - Plano massa do Sluseholmen



FONTE: ARCHIDAILY (2013)

Resgatando as ideias de espaço seguro, presentes nas discussões de Jane Jacobs (2011) sobre a vitalidade de espaços urbanos, os arquitetos incluíram nos edifícios a figura do pátio interno, a fim de proporcionar oportunidades de socialização entre os moradores. Essa proposta tem por objetivo desenvolver um sentimento de

pertencimento em relação ao local, de modo que os moradores sintam-se responsáveis por esse espaço e encorajados a ocupar as áreas comuns. As fachadas voltadas para o pátio providenciam vigilância natural e eliminam pontos cegos, dispensando a necessidade de circuitos fechados de TV (Figura 18). As ilhas utilizam a água como barreira natural, limitando os acessos e as opções de fuga, auxiliando o controle dos moradores sobre o espaço (FERRARI; FRASER, 2012).

Figura 18 - Vista do pátio interno

FONTE: ARCHIDAILY (2013)

Embora não tenha havido um estudo a respeito da diminuição dos índices de criminalidade no Sluseholmen, o projeto é considerado um sucesso pelos seus *stakeholders*, elogiado pelos moradores e reconhecido pelas associações de arquitetura da Dinamarca por meio de premiações (FERRARI; FRASER, 2012). Ressalta-se que a área foi projetada para atender às premissas previstas nas teorias de espaço urbano seguro, o que impossibilita o tipo de análise para identificar a eficácia da aplicação das teorias em áreas já consolidadas.

3.3 FAVELA BAIRRO

3.3.1 CONTEXTO DO PROJETO

Favelas são uma configuração espacial particular resultante do processo de segregação social e de desigualdade de renda na sociedade brasileira (CORRÊA, 1995). São espaços constituídos fora da cidade formal, caracterizados pela ocupação de comunidades menos favorecidas em áreas sem infraestrutura instalada. Visando o reconhecimento da realidade dessas áreas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE define a conceito de aglomerados subnormais como:

> [...] o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). (IBGE, 2010).

No caso do Rio de Janeiro, essas ocupações se deram principalmente junto a morros, originadas, em um primeiro momento, como consequência da redução na oferta de moradias, aliada à Reforma de Pereira Passos, no início do século XX, que demoliu imóveis (a maior parte de habitação popular) sob a justificativa da higienização e erradicação de doenças (OSBORN, 2013 a). O transporte público precário à época inviabilizava às populações pobres a opção de habitar longe do centro da cidade, onde as oportunidades de emprego se localizavam. Assim, essa massa de trabalhadores de baixa renda orbitou em volta da cidade formal instalando-se nos morros, dando início às primeiras favelas (FERREIRA, 2009).

Várias iniciativas para urbanizar as favelas no Rio de Janeiro foram empregadas ao longo do século XX, incluindo as respostas iniciais ao problema por parte da Igreja Católica, na década de 1940, a operação Mutirão e a criação da Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (CODESCO), com foco sobre a melhoria das habitações precárias por meio da facilitação de financiamento para aquisição de materiais de construção, na década de 1960. Um dos programas mais conhecidos e bem-sucedidos, no entanto, é o Favela Bairro, realizado entre os anos de 1994 e 2008 (OSBORN, 2013 b). Nesse sentido, o programa surgiu em um

contexto que reconheceu a necessidade de integrar a favela à cidade formal (OSBORN, 2012 b).

3.3.2 SITUAÇÃO PROBLEMA QUE MOTIVOU O PROJETO

O programa favela bairro surge em um contexto que visa construir ou complementar a infraestrutura de favelas consolidadas, a partir do reconhecimento de que esta estrutura urbana está fortemente presente no Rio de Janeiro. Além disso, essas intervenções visam, ainda que de maneira indireta, a redução de índices de criminalidade.

De acordo com Zilli (2015), a vítima média dos homicídios ocorridos no Brasil entre 1980 e 2012 possui um perfil específico: mora em um grande centro urbano, é homem, preto ou pardo, tem entre 15 e 24 anos, baixa escolaridade, foi ferida por arma de fogo leve e morreu em via pública. Utilizando a escolaridade como um dado correlato à renda, podemos entender também que a vítima padrão é caracterizada pela baixa renda. Ainda segundo Zilli (2015), não apenas os assassinatos tendem a acontecer nos centros urbanos, mas sua distribuição é concentrada em áreas periféricas e nas favelas.

Os perpetradores de crimes também tendem a dividir algumas das mesmas características: são jovens, de 15 a 24 anos, homens e de baixa renda. Os assassinatos no Brasil também tendem a acontecer num raio relativamente pequeno (1,5 km) do local de residência das vítimas. Uma das conclusões que estes dados inferem é que jovens tendem a matar e morrer em suas próprias vizinhanças, em função de conflitos territoriais, sobretudo pelo controle de áreas de tráfico de drogas. Este é o tipo de homicídio mais comum nas favelas, em contraposição às áreas centrais, onde se fazem mais vítimas fatais de tentativas de assaltos à mão armada, pela diferença no perfil econômico buscado pelos criminosos (ZILLI, 2015).

Assim, as respostas propostas pelos governos comumente têm o objetivo de acentuar a presença do aparelho repressivo dentro das favelas, aumentando o policiamento por meio de medidas como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Essa estrutura consiste na principal política de redução da criminalidade, desde 2008, na cidade do Rio de Janeiro. Sua presença nas favelas, bem como sua atividade é cercada de controvérsias, exemplificadas por relatos de torturas e execuções operadas clandestinamente por policiais (como o caso do pedreiro Amarildo, que

causou grande comoção na mídia em julho de 2013) e críticas por conta do aumento no número de homicídios, resultado de confrontos com traficantes, que avançou, na área da Baixada Fluminense, de 1.381, em 2012, para 1.968 em 2014 e 1.507 em 2015 (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

Nesse sentido, o Programa Favela Bairro foi escolhido como correlato em função dos resultados obtidos com relação à redução do número de homicídios, após sua implantação, embora não tenha sido um projeto proposto exclusivamente para a redução da criminalidade. Conforme lembra Bondaruk (2015), as propostas urbanísticas brasileiras que surgiram, entre 1970 e 2000, não acompanharam as discussões de espaço seguro desenvolvidas internacionalmente, com a primeira obra brasileira sobre arquitetura defensável publicada somente em 2006.

5.3.3 A DEFINIÇÃO PROJETUAL

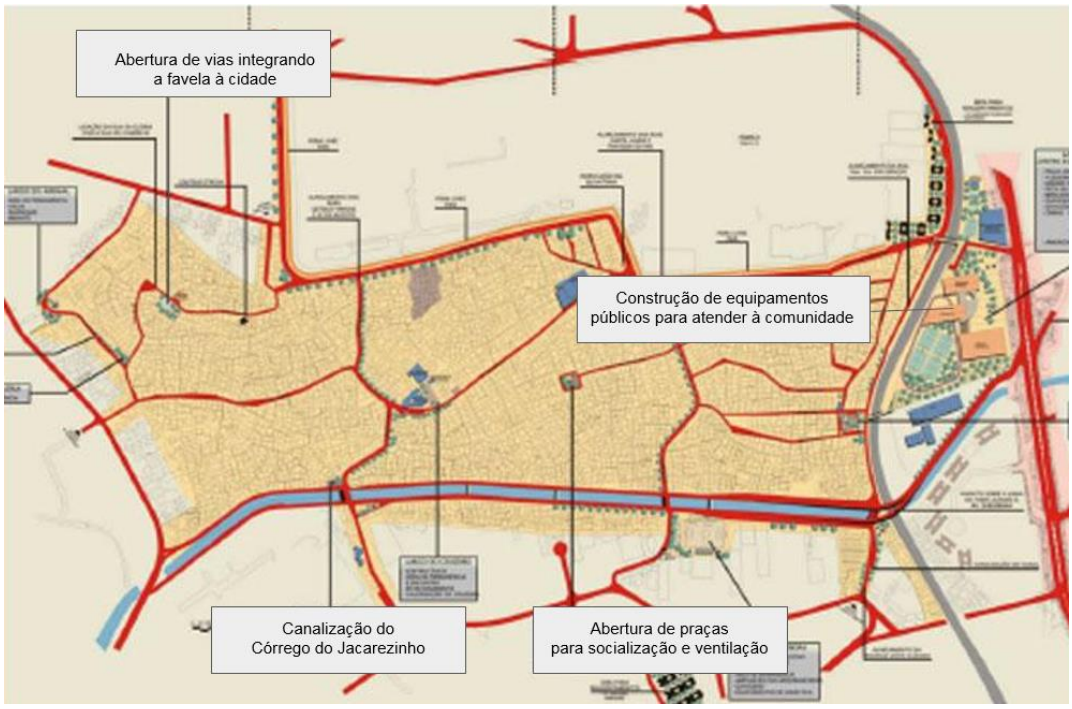
A partir do Plano Diretor de 1992, as favelas ganharam o direito de participar da cidade formal e resguardar seu caráter local. No ano seguinte, o prefeito César Maia, por meio da recém-criada Secretaria Municipal de Urbanismo, organizou esforços junto com as companhias de coleta de lixo e de água do estado para compor um projeto de melhorias em favelas, no âmbito de atuações em infraestrutura, serviços sociais, regulamentação fundiária e disponibilização de equipamentos urbanos, como creches (OSBORN, 2013 b). Financiado em conjunto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o projeto teria como prioridade a intervenção em espaços públicos, regularização fundiária e a manutenção das populações em seus assentamentos, promovendo a melhoria das habitações sem empregar remoções.

O Programa Favela Bairro inicialmente consistiu em uma estratégia de intervenção em quinze comunidades de pequeno e médio porte, classificadas pela equipe de urbanistas de acordo com uma metodologia que considerou critérios como a população total, o número de domicílios e a densidade. A segunda fase abrangeu cinco comunidades de grande porte, cujas intervenções foram viabilizadas pelo aporte de recursos oriundos da Caixa Econômica Federal e da União Europeia.

As intervenções previstas consistiam na abertura das vias nas favelas, fato que modificou a rotina dos traficantes locais, expulsando-os dos espaços que eram utilizados como pontos de venda e controle territorial (BONDARUK, 2015). Além disso,

as propostas também consideraram a execução de obras de drenagem e de canalização, arborização, iluminação pública, previsão de rotas para coleta de resíduos e construção de passarelas para pedestres. Também foram criados centros de bairro, locais onde se previa a concentração de comércios e serviços, diversificando o uso e possibilitando a geração de renda e empregos, além da convergência de fluxos dos moradores. Conectando esses centros as demais áreas da favela, foram previstos percursos lúdicos, praças, equipamentos públicos como creches e postos de saúde. Um dos exemplos de intervenções no âmbito do Programa Favela Bairro é a favela do Jacarezinho, uma das maiores do Rio de Janeiro, situada na Zona Norte. A Figura 19 demonstra, em vermelho as ruas abertas e sua articulação com o entorno, conectando a favela com a cidade formal (MENDES, 2006).

Figura 19 - Plano geral de intervenção do Jacarezinho



FONTE: Adaptado de MENDES (2006)

O Programa também considerava propostas como a denominada Célula Urbana, que tinha por objetivo a criação de vazios em aglomerados sem ventilação, conformando praças cujo entorno era ocupado por um número de equipamentos públicos, consolidando áreas de convivência da comunidade. Um piloto desse projeto foi executado na favela do Jacarezinho, com a proposta de um edifício multifuncional

que incluía um café e uma escola de música, projetado pela Bauhaus[7]. No entanto, o projeto foi descontinuado por problemas de financiamento, e o próprio edifício acabou entrando em situação de abandono, conforme demonstra a Figura 20.

Figura 20 - Fotografias do edifício projetado pela Bauhaus em 2004 (esquerda) e 2013 (direita)

FONTE: JACAREZINHO: HISTÓRIA E NOTÍCIAS

O programa Favela Bairro foi oficialmente encerrado em 2008, sendo sucedido pelo programa Morar Carioca, na gestão do então prefeito Eduardo Paes. O programa deveria ser uma continuação das propostas anteriores, porém atrasos na liberação de financiamentos, interesses econômicos ligados à realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e instabilidade causada por remoções violentas de comunidades e valorização do preço dos imóveis e terrenos atrasaram o cronograma do projeto, inviabilizando-o na prática. Ainda hoje a falta de uma política integrada de urbanização de favelas, que reúna capacidade de integrá-las com a cidade formal, estratégias de espaço defensável e sustentabilidade econômica continua fazendo delas os espaços urbanos mais perigosos do Brasil (MENDES, 2006).

[7] Staatliches Bauhaus, mais conhecida simplesmente por Bauhaus, trata-se de uma escola fundada em 1919 em Weimar na Alemanha por Walter Gropius, cujas contribuições mais conhecidas foram o emprego de uma metodologia de ensino que unificou a Arquitetura com as diversas artes plásticas e o emprego de um novo tipo de design que previa a fabricação em massa, a funcionalidade e a racionalidade, as raízes do movimento cultural que mais tarde se disseminou como modernismo (GALANI, 2015).

3.4 SÍNTESE DOS CORRELATOS

Considerando as propostas desenvolvidas nos três casos, podemos identificar alguns temas comuns e diferenças cruciais que impactaram os resultados obtidos. Em primeiro lugar, há o contexto histórico dos três casos analisados. O Bijlmermeer parte de uma tentativa de construção de um espaço urbano rigorosamente planejado, segundo preceitos do urbanismo modernista previsto na Carta de Atenas. É proposto sobre uma área inabitada, que ao provar-se inadequada e problemática, contou com a possibilidade de demolição e reconstrução, gerando amplas possibilidades de intervenção. O Sluseholmen também parte dessa premissa, de intervir em uma área sem preexistências a serem consideradas, prevendo a construção de ilhas artificiais para abrigar um projeto residencial, situado sobre uma área em desuso. No caso das favelas brasileiras, o poder público enfrenta uma situação oposta, com a necessidade de regularização de áreas já ocupadas, em processos de expansão e de crescimento desordenado. As respostas para cada caso serão distintas no que diz respeito ao combate à criminalidade por meio de medidas de desenho urbano.

Em primeiro lugar, o caso do Sluseholmen nunca foi verdadeiramente assolado por problemas de insegurança. Ao contrário, já foi pensado, desde sua concepção, com a iniciativa de integrar ideias de espaço seguro destinados a combater crimes promovidos contra a pessoa e contra o patrimônio. Por outro lado, o projeto Bijlmermeer necessitou ser reavaliado e corrigido por conta de falhas da proposta original, que favoreceu a ocorrência desses crimes. Se no Bijlmermeer o tráfico de drogas foi uma consequência da ocupação por delinquentes dos espaços livres abandonados, nas favelas o problema é muito mais complexo, sobretudo pelo fato do tráfico ser uma das poucas escolhas de atividade econômica possíveis ao jovem pobre e de baixa escolaridade (MONTEIRO, 2012). Tratam-se, portanto, de problemas de natureza distinta, que não são resolvidos necessariamente com as mesmas respostas de desenho urbano.

A despeito dessas questões, pode-se elencar três grandes temas em comum que esses projetos apresentam, na tentativa de resolver seus problemas de criminalidade: o controle territorial, a vigilância natural e a diversidade de uso. Os casos relatados acima demonstram como as estratégias, já tratadas na conceituação temática (subcapítulos 2.2.1 a 2.2.3), se comportam em casos reais, como, por exemplo, a provisão de usos mistos, que integrem habitações, comércios e lazer a

públicos de faixas etárias e classes econômicas distintas, a previsão de medidas para facilitar a permeabilidade visual (seja evitando barreiras visuais ou pontos cegos) e o direcionamento dos fluxos, fazendo com que encontros na rua sejam mais frequentes e facilmente percebidos, além de medidas para aumentar a sensação de segurança da população, por meio da oferta de serviços públicos, iluminação viária e projetos de integração social nas comunidades (que incentivam a geração de um sentimento de pertencimento e responsabilidade sobre o espaço compartilhado). Mesmo que as respostas a esses três temas tenham sido diferentes a cada caso, o objetivo que os move indica os princípios gerais para a proposição de futuras diretrizes de projeto a ser desenvolvido a partir desta pesquisa.

4. CRIMINALIDADE E DESENHO URBANO: AVALIAÇÃO DA TEMÁTICA NA CIDADE DE CURITIBA

A fim de definir a área de atuação, realizamos uma análise do contexto de Curitiba. Foram considerados seu contexto histórico urbanístico, iniciado a partir do Plano Agache; as consequências das primeiras propostas de planejamento urbano, de espírito modernista; a ocupação do território curitibano do ponto de vista socioeconômico; a localização da ocorrência de determinados tipos de crime na cidade e sua correlação com as características de ocupação do território.

Neste trabalho o escopo da análise foi limitado pelos seguintes tipos de crimes: roubos, furtos, arrombamentos e latrocínios, tendo em vista que essa tipologia relaciona-se de forma mais direta às condicionantes espaciais, enquanto ambiente de ocorrência de atos criminosos. A coleta de dados foi prejudicada, visto que Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP) não disponibiliza publicamente as ocorrências individuais com informações sobre localização, data e horário, publicando somente relatórios estatísticos trimestrais organizados por bairro e município. Também, interferiu na presente análise o fato de certos dados, como ocorrências de agressões sexuais, não serem disponibilizados publicamente. Obtivemos da SESP, no entanto, material sobre a densidade da ocorrência dos tipos de crime acima discriminados desde 2011 a 2016.

Os homicídios relacionados com o tráfico de drogas foram excluídos devido à complexidade do problema. Conforme veremos adiante, embora a maior parte dos homicídios nas metrópoles brasileiras ocorra nos bairros periféricos, dentro de favelas

e outras áreas de ocupações irregulares ou de baixa renda, suas ocorrências estão relacionadas a confrontos territoriais entre grupos rivais ou devido a confrontos com a força policial. Embora a literatura de espaço seguro tenha material suficiente para correlacionar o desenho urbano com atividade de usuários de drogas, não encontramos exemplos de práticas de desenho urbano que atuassem especificamente sobre essas atividades. O correlato brasileiro apresentado no Capítulo 3, correspondente ao Programa Favela Bairro, no Rio de Janeiro, compreendeu ações conjuntas com objetivos mais abrangentes, orientados pela regularização fundiária das favelas e sua incorporação à cidade formal.

4.1 O PLANEJAMENTO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CURITIBA

Curitiba é a maior cidade da região Sul do país e a oitava maior cidade brasileira em número de habitantes, apresentando população de 1.751.907 habitantes (IBGE, 2010), estimada em 1.890.000 para o ano de 2016 (IBGE, 2017). Fundada oficialmente em 29 de março 1693, Curitiba era inicialmente um povoado cuja economia orbitava em torno do comércio com as caravanas de gado e tropas de mulas, situada no caminho de uma rota comercial importante entre o interior do estado de São Paulo e o sul do país.

O Plano Agache, elaborado em 1940, deu início à tradição do planejamento urbano na cidade. Este plano foi comissionado em 1941 e apresentado à Câmara Municipal em 1943. Até então todas as ações promovidas pelo estado com relação à urbanização eram realizadas de forma pontual, sem uma visão que direcionasse o planejamento da cidade como um todo. Medidas adotadas por Saturnino de Brito e Cândido de Abreu entre outros limitavam-se a dispor sobre abertura e fechamento de vias, espaçamento e testadas e características das construções (CARMO, 2011).

O Plano Agache trazia em si as discussões urbanísticas europeias da época, como o positivismo, o discurso higienista e o modernismo funcionalista, tendo como fonte de inspiração a intervenção do Barão de Haussmann em Paris entre outras. O traçado urbano de Curitiba foi sendo moldado nos padrões modernistas, como a abertura de grandes vias, a construção da imagem da monumentalidade, a preservação das áreas verdes e a proposição de um zoneamento funcionalista (STROHER, 2014).

Embora as propostas que se seguiram tenham em parte substituídas algumas de suas orientações originais (como a substituição da expansão urbana concêntrica e

radial por outra concentrada ao longo dos eixos estruturais), o discurso modernista continuou a ser empregado nas décadas seguintes. A abertura de vias como a Av. Cândido de Abreu e a criação do Centro Cívico, espaço destinado a concentrar as funções administrativas do poder público, são heranças do Plano Agache que perduram no tecido urbano (CARMO, 2011). Entre as décadas de 1950 e 1960, o poder público do Paraná e de Curitiba conceberam uma série de mudanças com o objetivo de continuar o processo planejamento urbano na capital, em consonância com outros programas desenvolvidos nas outras capitais brasileiras, sob o pretexto da modernização idealizado pelo governo federal à época. Estes esforços motivaram a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 1965 (CARMO, 2015).

Ainda segundo Carmo (2015), o Paraná, até a década de 1970, possuía a maior parte de sua população residindo nas áreas rurais, apenas revertendo essa tendência na década seguinte, quando a população urbana finalmente tornou-se majoritária. Foi ao longo da década de 1970 que Curitiba experimentou um grande crescimento populacional, passando a abrigar 13,6% do contingente populacional total do Paraná, em 1980, contra 8,9%, em 1970 (IBGE, 2017). Essa rápida expansão e, a conurbação consequente, motivaram a definição em lei dos limites de seu território e de sua região metropolitana, por meio da Lei Complementar Federal 14/1973.

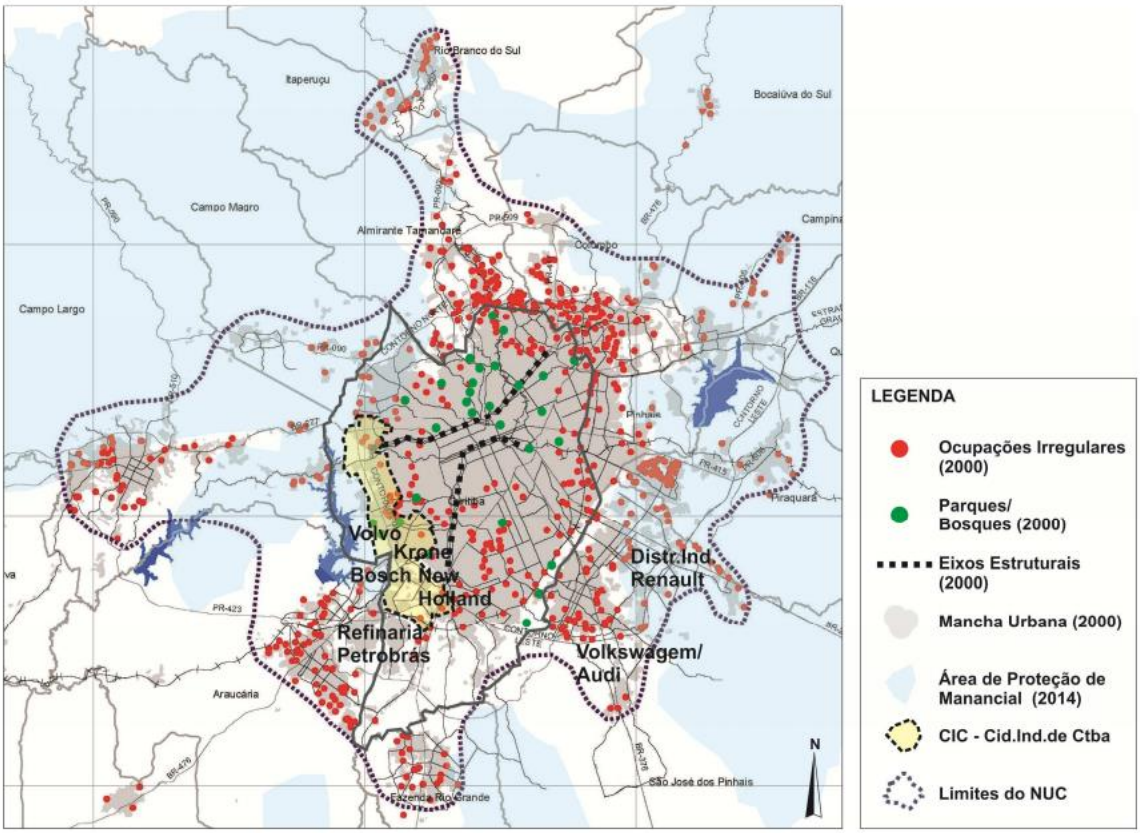
Foi nesse contexto, do discurso da modernização e do planejamento tecnocrático, ideologia dos governos militares da década de 1970, que Curitiba foi eleita como cidade modelo, reproduzindo premissas do Movimento Moderno:

> Não é difícil perceber a forte influência de alguns princípios do urbanismo modernista no planejamento urbano de Curitiba. A divisão da cidade em zonas funcionais excludentes, a transformação de ruas em avenidas, a hierarquização do sistema viário, a construção da cidade como todo orgânico a ser equilibrado e a consequente classificação da população segundo “necessidades” identificadas pela razão técnica inspirada num conceito de homem universal, são procedimentos típicos do urbanismo modernista adotados pelos planejadores da capital paranaense. Também é característico do traço modernista a aposta no planejamento global como empreendimento capaz de superar as contradições sociais a partir tão-somente da redefinição do espaço (SOUZA, 2001, p. 108).

Dentro desse espírito modernista o Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), aprovado em 1966, reordenou a cidade em torno de eixos estruturais, onde se daria o crescimento planejado da cidade, integrando o sistema viário, o transporte público e o uso do solo (SOUZA, 2001). Estes eixos organizaram a mobilidade dentro da cidade e definiram os espaços a serem adensados, com o argumento de que somente com altas densidades, investimentos em infraestrutura seriam viabilizados. Uma das consequências deste arranjo político foi a concentração de investimentos sobre essas áreas, encarecendo o preço dos imóveis e forçando as populações das camadas mais pobres a se estabelecerem em áreas periféricas (SOUZA, 2001).

Segundo Stroher (2014), o fenômeno da espacialização da desigualdade continuou ao longo das décadas de 1980 e 1990, reforçadas por políticas de industrialização que trouxeram a linha de produção de montadoras de veículos para o Centro-Sul. Algumas destas indústrias estabeleceram suas fábricas em Curitiba, exercendo nova pressão sobre a demanda habitacional para população de baixa renda, acompanhada de retração de investimentos públicos em infraestrutura, cujas tentativas de resolução se deram a partir de uma mescla de projetos de habitação social pontuais e ocupações irregulares distribuídas nas áreas situadas no torno do perímetro da malha urbana de Curitiba (STROHER, 2014), conforme figura 21.

Figura 21 – Dispersão das ocupações irregulares em Curitiba no ano de 2000



FONTE: STROHER (2014)

A concentração de renda nas áreas centrais de Curitiba e a consequente localização de populações em situação de pobreza em áreas periféricas, nas regiões ao sul do município traz correlação com o tipo de crime praticado em cada área, fato que será analisado a seguir.

4.1.1 A ABORDAGEM DA SEGURANÇA PÚBLICA NO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

Embora não fale explicitamente de segurança pública e criminalidade, o Plano Agache já trazia como uma de suas finalidades a manutenção da ordem social, obtida a partir da setorização e da segregação de funções e racionalização do espaço urbano. O Plano Preliminar de Urbanismo, de 1966, conservou as mesmas bases modernistas do Plano Agache, tratando a segurança pública com o mesmo viés tecnocrático (CARMO, 2011).

Com a promulgação do Estatuto da Cidade, houve a necessidade de adequação do Plano Diretor anterior, dando origem ao Plano Diretor de 2004, na gestão do prefeito Cássio Taniguchi, quando entra no corpo da lei o conceito de Defesa Social, incluindo pela primeira vez a adoção de estratégias preventivas, envolvendo medidas para evitar situações facilitadoras de atividade criminosa.

Cumpre observar, no entanto, que as ações propostas nos Planos Setoriais de Defesa Social e Defesa Civil, do Plano Diretor de 2004, não incluem diretrizes ou estratégias de desenho urbano que contemplem as discussões do espaço seguro, exceto pelos seguintes trechos:

> a - ajuste de parâmetros legais para a edificação, nas mesmas condições que os fixados na prevenção de incêndios, estendendo normas de edificação e urbanização também para prevenir outros danos à segurança e tragédias, coibindo surgimento de espaços favoráveis à segregação socioeconômica ou cultural de grupos ou pessoas;
>
> b - ampliação de espaços públicos e privados que estimulem o lazer e a convivência entre grupos heterogêneos do tecido socioeconômico e cultural, tais como arenas de peladas, rodas de música, feiras de artes, com caráter antropológico mais amplo e outros ambientes favoráveis ao encontro da cidadania;
>
> (...)
>
> d - promover crescente povoamento das vias e logradouros, mediante ações e programas específicos de animação e habilitação urbana, em especial o estímulo ao comércio e a serviços voltados para os passeios e bulevares, com apoio aos ciclistas, pedestres e famílias, de modo a não esterilizar o espaço coletivo urbano com tráfego pesado, paredes e muros cegos (IPPUC, 2008, p. 138)

Portanto, mesmo quando o Plano Diretor de 2004 menciona a segurança pública, o faz de forma genérica, dedicando a maior parte de suas propostas às ações policiais de fiscalização e vigilância. Não encontramos, por exemplo, indicações de ações específicas de desenho urbano, como a definição de parâmetros para o desenho de quadras, vias e trajetos, otimizando a segurança pública.

Esse plano foi revisado em 2014 e a nova proposta, aprovada em 2015, já traz avanços sobre a discussão do urbanismo como ferramenta de prevenção e combate

ao crime, aproximando-se das teorias de espaço seguro ao reconhecer o desenho urbano como agente facilitador ou inibidor da atividade criminosa:

> Ao adotar medidas de planejamento econômico e social, pode o Município influenciar as relações humanas, no sentido de reduzir a exposição aos fatores de risco que favorecem a violência. Desta forma, é possível inibir os atos isolados incidentais e de menor potencial ofensivo, impedindo que venham a se transformar em crimes. (IPPUC, 2015, p.26)

O novo Plano Diretor de Curitiba também elenca como proposta a "utilização do planejamento e do desenho urbano na criação de espaços facilitadores das ações de segurança e de prevenção à criminalidade" (IPPUC, 2015, p.26). Observamos, assim, pela primeira vez a presença do desenho urbano como agente com potencial de influenciar a segurança e a ocorrência de criminalidade, embora ainda não tenha implicado em casos concretos, não resultando, até o momento, em diretrizes de organização do espaço urbano para além da definição de espaços públicos. Assim, verifica-se que, a despeito da intenção de articular desenho urbano à promoção da segurança, ainda não há resultados efetivos como intervenção, por exemplo, nos projetos de iniciativa privada que acabam por resultar em enclaves urbanos que, como mencionado anteriormente, segrega e prejudica a segurança do espaço.

4.2 O FENÔMENO DA CRIMINALIDADE EM CURITIBA

Considerando neste trabalho os dados sobre crimes contra a pessoa (homicídios dolosos, ou seja, aqueles em que há a intenção ou assunção do risco por parte do perpetrador, incluindo latrocínios e roubos seguidos de morte) e ao patrimônio (roubos e furtos), podemos construir o seguinte retrato da capital paranaense.

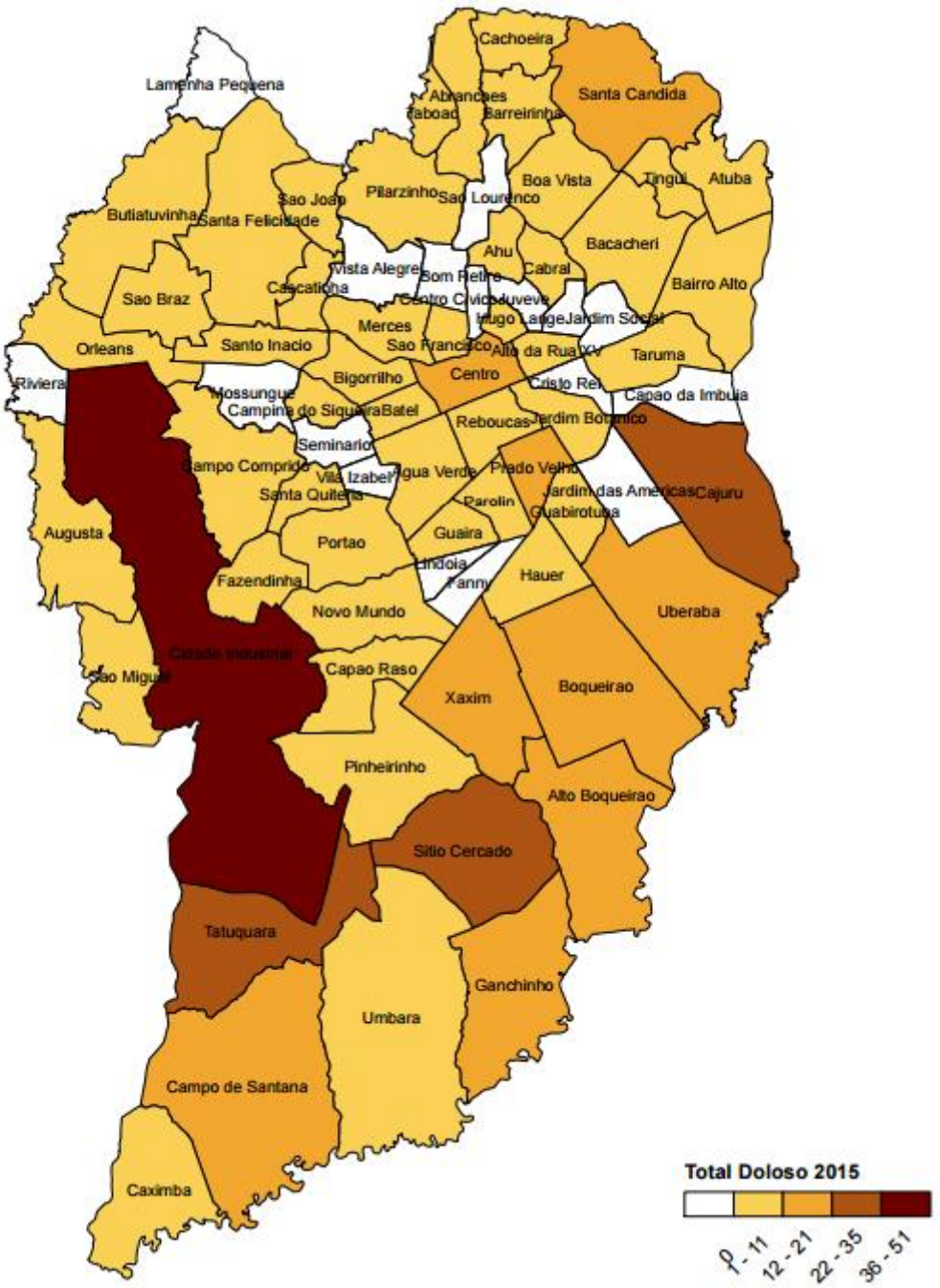
Segundo dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2015, Curitiba ocupou a 20ª posição dentre as capitais brasileiras com maiores taxas de homicídio doloso, com 23,9 homicídios por 100.000 habitantes (BUENO, 2016). Dentre os homicídios, se considerarmos apenas os latrocínios (roubos seguidos de morte), em 2015, Curitiba ocupou a 12ª posição entre as capitais, com um índice de 1,6 mortes por 100.000 habitantes (BUENO, 2016) .

Na questão dos crimes patrimoniais, Curitiba apresentou, em 2015, uma taxa de 604,8 roubos e furtos de veículos para cada 100.000 veículos, posicionando-a como a 11º capital mais insegura do país para este tipo de ocorrência (BUENO, 2016) . Quanto ao orçamento público destinado a segurança, no Paraná, em 2015, o governo do estado gastou um total 3.292.197.424,84 bilhões de reais, representando um total de 12% da receita arrecadada pelo estado naquele ano, estando atrás dos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, entre os estados que mais destinam recursos a esta área (BUENO, 2016).

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, foram registrados, no ano de 2016, um total de 2.476 ocorrências de homicídios dolosos, dos quais 468 ocorridos somente em Curitiba, ou seja, uma fração de 18,9% sobre o total (SESP, 2017). Curitiba também apresentou, em 2016, um total de 25 latrocínios contra um total de 111 registrados em todo o estado, ou seja, mais de um quinto do total das ocorrências (22,5%).

Quanto à distribuição espacial de homicídios em Curitiba, de acordo com o ilustrado na Figura 22, a Cidade Industrial é o bairro que mais apresentou ocorrências de homicídio doloso, totalizando 67 das 468 ocorrências, ou seja 14,3% (SESP, 2017).

Figura 22 – Número de vítimas de homicídio doloso, em Curitiba (período janeiro à dezembro/2016)



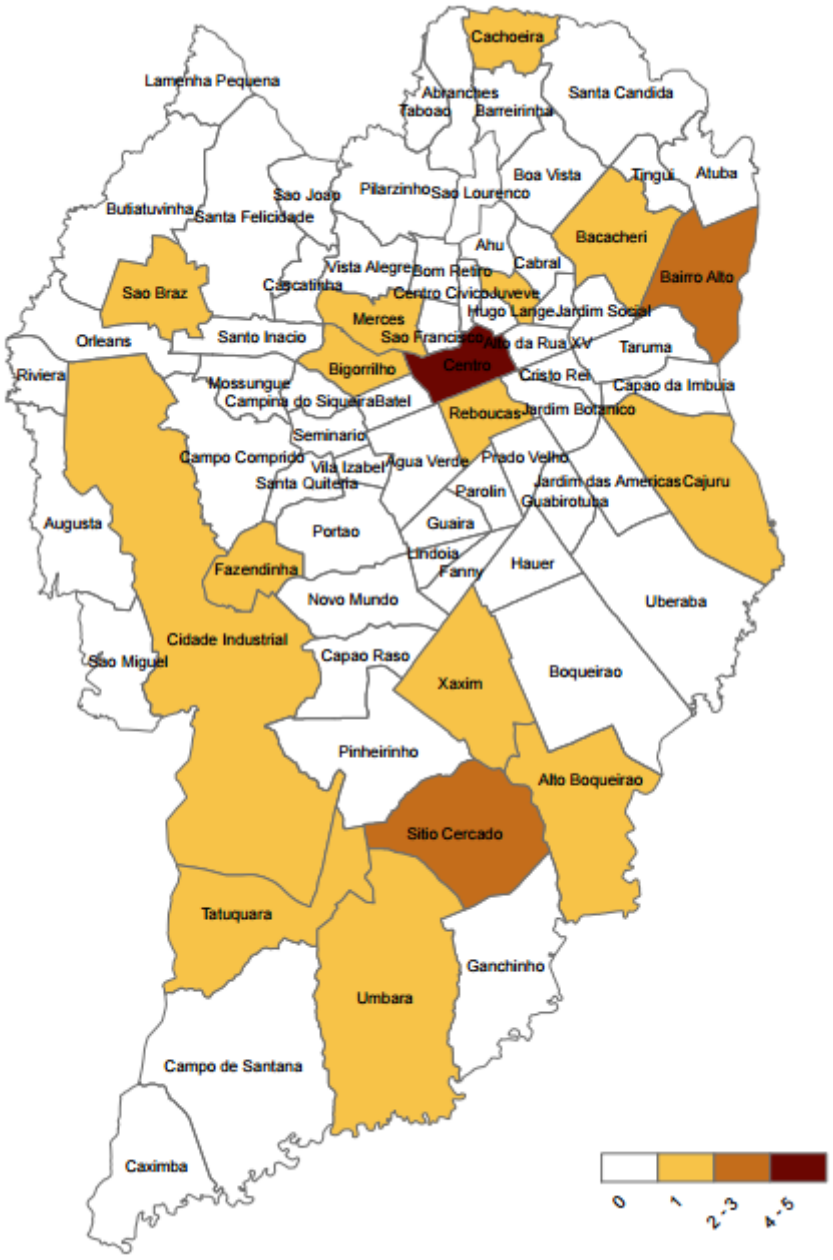
Fonte: SESP (2017)

No entanto, conforme indica a Figura 23, os latrocínios ocorridos na capital se distribuem de forma distinta, com a região do centro e bairros adjacentes (Mercês, Bigorrilho, Rebouças e Juvevê) concentrando a maior parte das ocorrências, com 9 dos 25 latrocínios registrados, correspondendo à 36%, seguidos pela região sul em

um arco que compreende a Cidade Industrial, Fazendinha, Tatuquara, Umbará, Sítio Cercado, Xaxim e Alto Boqueirão (SESP, 2017).

Assim, quando limitamos o universo dos homicídios dolosos ocorridos somente aos latrocínios, sua concentração espacial se altera. Conforme relatado anteriormente, isto se explica pela motivação dos homicídios, sendo que as ocorrências registradas na região central e adjacências são em sua maioria homicídios resultados de roubos (SESP, 2017). Homicídios ligados à atividade do tráfico de drogas e confrontos com a polícia tendem a concentrar-se nas favelas, ocupações irregulares e bairros com menor renda (ZILLI, 2015), localizados nas regionais do CIC e do Pinheirinho, ambas com o menor rendimento mensal de Curitiba, correspondente a 700 reais por mês por domicílio (IBGE, 2010).

Figura 23 – Número de vítimas de latrocínio, em Curitiba (período: janeiro à dezembro/2016)

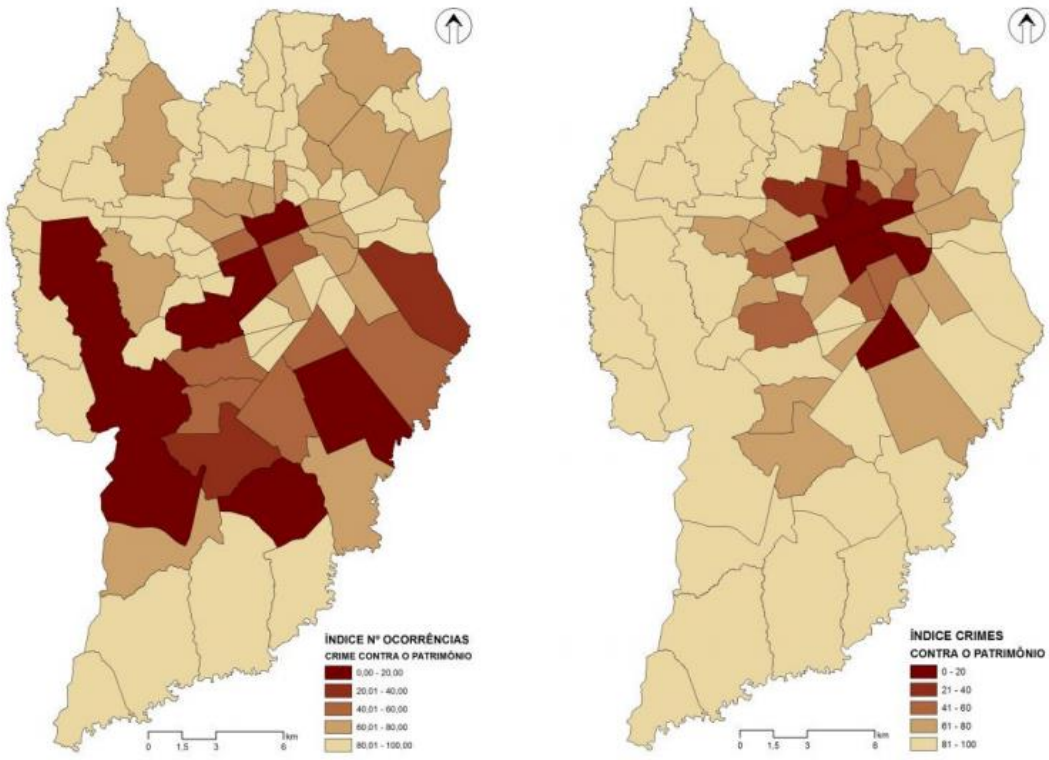


FONTE: SESP (2017)

A região central também concentra a maior parte dos roubos ocorridos em Curitiba no primeiro trimestre de 2016, com 1.294 ocorrências registradas sobre um total de 8.569 (15,1%), seguida pela Cidade Industrial com 492 casos (5,74%) e pelo Sítio Cercado com 478 casos (5,57%) (SESP, 2017 apud G1, 2017). No entanto, considerando a alta dispersão espacial da população e a baixa densidade dos três últimos bairros, encontramos uma maior correlação dos crimes contra o patrimônio

com o índice de desenvolvimento social, mais altos na região central, conforme figura 24.

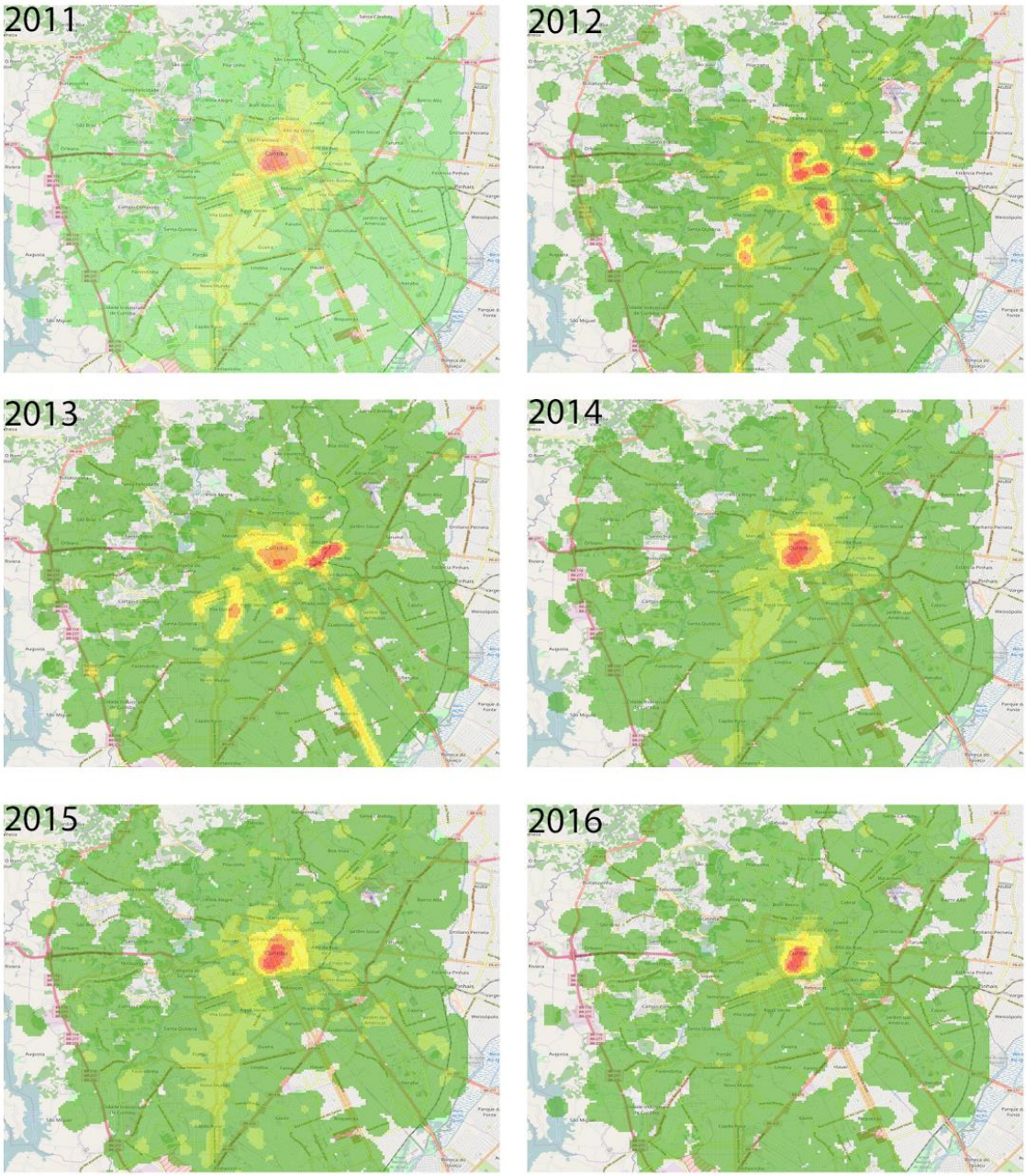
Figura 24 - Mapa de sobreposição do índice de desenvolvimento social sobre o índice da taxa crimes contra o patrimônio, classificados em três categorias (alto, médio e baixo)



Fonte: SILVA, TORRENS E SCHAFASCHEK (2017)

Por fim, a interseção dos dados de latrocínios, roubos, furtos qualificados e furtos de veículos entre 2011 e 2016 novamente evidencia concentração destes crimes no centro de Curitiba, conforme demonstra a figura 26, que mostra a localização destas ocorrências e sua densidade a partir de um raio de 1km.

Figura 25 –Mapas de densidade de Kernel com as ocorrências de latrocínios, roubos e furtos



Fonte: SESP (2017)

As informações ilustradas acima permitem verificar a evolução da espacialização dos tipos de crime adotados para análise nesta pesquisa, novamente evidenciando a tendência à concentração dessas ocorrências no Centro e em áreas adjacentes. Mesmo que nos anos de 2013 e 2014 as ocorrências tenham se dispersado sobre o território no entorno imediato do Centro, este continuou apresentando uma altíssima densidade de ocorrências dessas ações criminosas. Mais uma vez, encontramos a correlação entre crimes contra o patrimônio e latrocínios com as áreas de maior concentração de renda.

4.3 A ÁREA CENTRAL COMO POSSÍVEL LOCAL DE INTERVENÇÃO

Em função dos dados coletados e analisados, referentes a estrutura territorial e ocorrência de crimes em Curitiba, optamos por trabalhar com o recorte espacial da área central da cidade, compreendido pelo polígono formado pela Av. Visconde de Guarapuava, a Rua Comendador Araújo, a Praça Osório e a Av. Marechal Floriano Peixoto (figura 26), situado no bairro Centro. Essa é uma área de alta concentração dos tipos de crime analisados nesta pesquisa, conforme indicam os dados coletados no período de 2011 a 2016. Dessa forma, essa seção apresenta breve contextualização do bairro Centro, local onde a área está inserida, sendo que, na etapa seguinte, de desenvolvimento do projeto, serão realizados diagnósticos mais precisos do local. Nesse sentido, a futura intervenção projetual nessa área poderia, em razão da situação que se apresenta, evidenciar possibilidades de experimentação da aplicação de estratégias de desenho urbano orientadas ao combate da criminalidade.

Figura 26 - Polígono da área da proposta de projeto

Fonte: GOOGLE MAPS (2017)

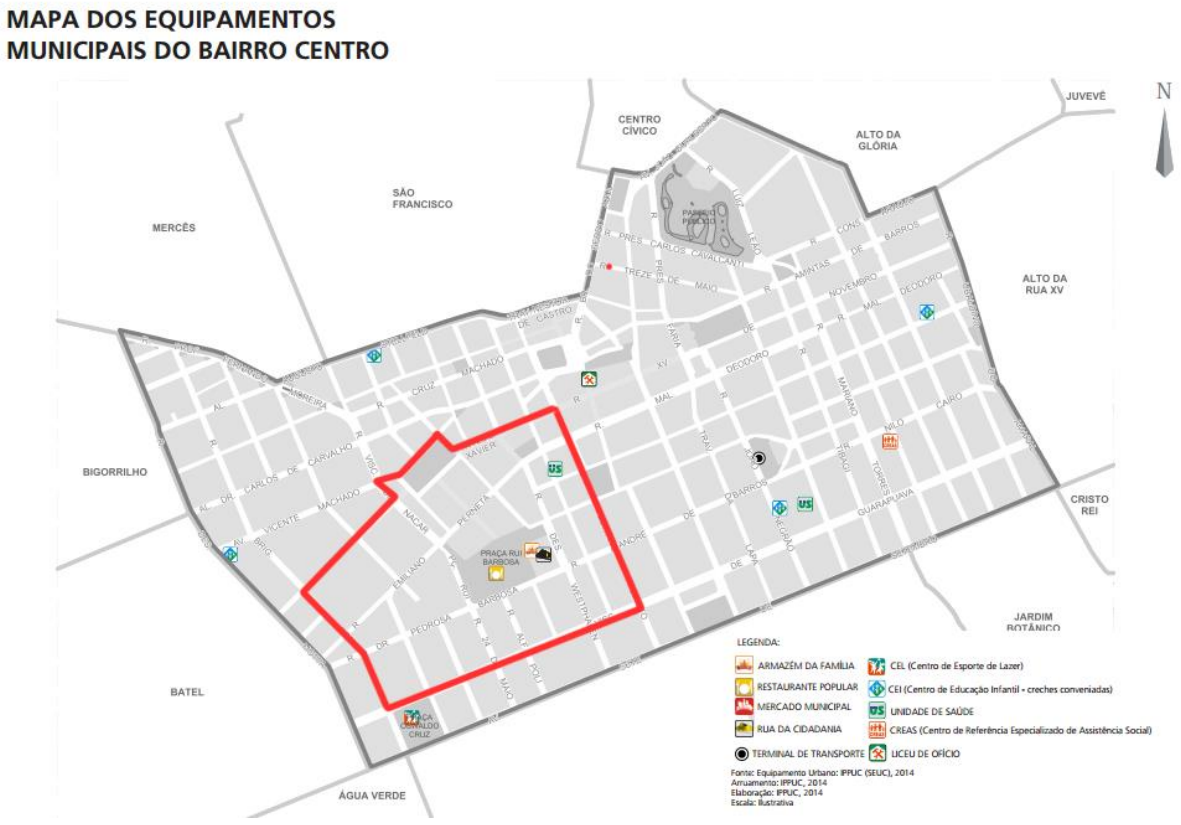
O Centro é um dos bairros mais antigos de Curitiba, onde localizam-se as áreas das primeiras povoações, estabelecendo a praça central, conhecida hoje como Praça Tiradentes, em torno da qual foram erguidos edifícios religiosos e administrativos. A partir do Plano Agache e dos demais planos que se seguiram, o Centro foi perdendo seu caráter concentrador da vida política da cidade, função deslocada para a Centro Cívico, e sua importância passou a ser o registro histórico da memória curitibana (IPPUC, 2015b). As ações urbanísticas que se seguiram evidenciam a intenção de reforçar sua função turística, tendo como um exemplo significativo o fechamento da Rua XV para o tráfego de veículos, criando o primeiro calçadão dessa natureza, em território nacional (SANCHEZ, 2010). O Centro possui um território de 3,28 km² que abriga uma população de 37.283 habitantes, resultando em uma taxa de densidade demográfica de 113,56 hab/ha, mais do que o dobro da densidade de Curitiba (40,30 hab/ha) (IPPUC 2015 b).

Demograficamente, o Centro cresceu a uma taxa de 1,34%, entre 2000 e 2010, novamente acima das taxas de crescimento médio de Curitiba, de 0,99%, fato impulsionado pela política de incentivo a empreendimentos imobiliários habitacionais.

O perfil etário mostra uma população de idade economicamente ativa, com poucos jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65. Este perfil ajuda a explicar a baixa densidade domiciliar (1,60 habitantes/domicílio) se comparada com o total de Curitiba (2,76 habitantes/domicílio) (IPPUC, 2015b). Esta população se distribui majoritariamente em apartamentos, que representam 96,27% do estoque de habitações do bairro (16.999 unidades), demonstrando sua vocação para verticalização (IPPUC, 2015b).

Economicamente, o Centro tem como atividades principais a oferta de comércio e de serviços, dado coerente com sua transformação em bairro turístico. A renda média por domicílio no bairro é alta, com 53,58% dos domicílios recebendo 3 ou mais salários mínimos, considerando que, em Curitiba, apenas 26,61% dos domicílios encontram-se na mesma faixa de renda (IPPUC, 2015).

Figura 27 - Mapa dos equipamentos públicos municipais do Centro



Fonte: IPPUC (2015 b)

A figura 27 traz a localização dos equipamentos públicos dentro do bairro. O polígono de atuação compreende duas praças, Rui Barbosa e Osório, e a avenida Marechal Floriano Peixoto, local onde mais ocorrem ações de roubo e furto de veículos

na cidade, de acordo com o que nos relatou o Tenente da Polícia Militar Rodrigo Perin de Lima.

Por fim, encontramos, conforme figura 25 focos de ocorrências de roubos, furtos e latrocínios na área. Embora a localização exata não seja precisa, em função da forma como os dados foram disponibilizados por parte da SESP, podemos estimar os pontos de risco, analisando as características específicas do espaço, na etapa seguinte de elaboração do projeto de intervenção.

5. DIRETRIZES DE PROJETO

Este capítulo está estruturado em duas partes. Inicialmente, aborda-se a concepção de uma matriz de análise para leitura do recorte urbano de intervenção e para a determinação de estratégias de ação. Em um segundo momento, apresenta-se a metodologia para a realização da proposta de intervenção.

5.1 DIRETRIZES PROJETUAIS

Com base nas teorias apresentadas na conceituação teórica, em particular o CPTED, a questão situacional do crime, fundamentada na ideia de oportunidade, determina a probabilidade de ocorrências desde que fatores favoráveis, relativos a três variáveis estejam alinhados: existência de características espaciais que facilitem a ação criminosa (o território); a presença de um perpetrador motivado, que valorize os benefícios de sua ação contra os riscos potenciais e; a vítima despreparada para antecipar a ação criminosa.

Organizamos então as ações práticas para a melhoria da segurança no espaço no sentido de limitar as oportunidades para a ocorrência de crimes em torno de três estratégias básicas: o controle de acesso, a vigilância natural e a integração, as quais deverão ser consideradas no desenvolvimento do futuro projeto final de graduação. Relembrando questões abordadas anteriormente, na conceituação teórica, o controle de acesso diz respeito a todo tipo de ação que tem como objetivo estabelecer a relação de territorialidade com a população, de forma que esta possa perceber e defender-se da presença de atividades negativas. Vigilância natural corresponde ao fato de “ver e ser visto”, gerando a desmotivação da atividade criminosa e o aumento da sensação de segurança a partir da presença de “olhos na rua”, como defendia

Jacobs (2011). Integração diz respeito ao conjunto de ações cujo objetivo é a conexão, seja de grupos sociais, do espaço público com o espaço privado e, propriamente, do recorte espacial de intervenção com a cidade, no sentido de evitar a segregação espacial e econômica de usos e grupos sociais.

Organizando estes três elementos, elaboramos então uma matriz de análise para a definição das ações a serem executadas no recorte espacial de intervenção projetual.

Estratégia	**Ações Práticas**
Vigilância	Eliminação de barreiras visuais (placas, propagandas, paisagismo)
Vigilância	Criação de locais onde atividades possam ser exercidas durante todo o dia, utilizando certos usos como recreação, hotéis, e outros tipos de comércio e serviços
Vigilância	Criação e melhoria de espaços destinados à integração social de diferentes grupos e estratos sociais (sejam eles públicos ou privados), evitando segregação de comunidades
Vigilância	Iluminar as vias adequadamente para evitar pontos inseguros durante o período noturno
Integração	Eliminação de barreiras físicas que exigem passagens subterrâneas ou elevadas, grandes contornos ou desvios de trajeto.
Integração	Proposição de uma densidade habitacional adequada, que equilibre a presença de espaços públicos e privado
Integração	Direcionamento dos fluxos de pedestres por meio da organização de opções de trajeto, evitando configurações confusas e aumentando a sensação de segurança.
Controle	Definição de traçados de vias e lotes que limitem as opções de rotas de fuga (retirada de becos e vielas e facilitem a chegada da força policial (abertura de vias estreitas)
Integração Vigilância	Conexão da proposta com o entorno, promovendo a continuidade dos fluxos e maximizando as oportunidades de encontros e vigilância natural

Integração Vigilância	Promoção da integração entre modais diferentes, permitindo a boa convivência entre pedestres, veículos particulares e transporte público, evitando a segregação e a criação de rotas inseguras e vazias
Integração Vigilância	Promoção de áreas de uso misto, que agreguem funções ao invés de segregá-las, estendendo o período de atividade e aumentando o fluxo de pessoas
Vigilância Controle	Manutenção dos laços sociais da comunidade afetada, evitando remoções, demolições de pontos de encontro social
Vigilância Controle	Situar pontos de ônibus em locais de alto fluxo, dada sua vulnerabilidade como ponto de ataque por parte de criminosos
Integração Controle	Eliminação dos espaços murados e integração dos lotes ao espaço público, evitando desenhos voltados para seu interior, mas que ao mesmo tempo indiquem barreiras claras entre o espaço público e privado (criação de áreas de buffer e transição como jardins, pátios, etc)
Integração Controle	Definição clara do propósito dos espaços públicos e de sua escala, para que atendam bem a população em termos de faixa etária, atividades desenvolvidas, etc.

5.2 METODOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A partir da leitura geral do bairro Centro, apresentada no trabalho, inicialmente uma análise mais detalhada do recorte da área de atuação será elaborada. Essa avaliação deve incluir um reconhecimento dos usos existentes no local, por meio do mapeamento de estabelecimentos comerciais, de serviços, institucionais, de edifícios residenciais e áreas vazias. Além disso, deve-se identificar os pontos que podem oferecer risco à segurança, de acordo com a matriz apresentada acima, e conforme a análise de fluxos a ser realizada por meio da aplicação metodológica da sintaxe espacial. Após o reconhecimento da estrutura territorial e de fluxos que se materializam nesse local, a etapa seguinte consiste na elaboração de uma matriz de análise SWOT (strengths, weaknesses, opportunities and threats) e um mapa síntese que condense os dados coletados, com a indicação da hierarquia dos fluxos, da espacialização das ocorrências criminais, dados socioeconômicos e características morfológicas do recorte espacial em questão.

A partir desse diagnóstico, será definido o conceito e o partido para a formulação do projeto, como o fio norteador que dará coerência à intervenção a ser proposta, definindo seu objetivo principal. O conceito resultará em um partido, que reúne todas as perguntas norteadoras sobre a natureza do problema, bem como seus condicionantes, para enfim dar razão às diretrizes projetuais e as ações a serem adotadas como resposta. Assim, considerando a matriz projetual apresentada na seção anterior, podemos determinar que tais ações, no intuito de articular a questão da segurança pública com a utilização de estratégias de desenho urbano, terão suas diretrizes orientadas pelos temas da visibilidade, empregando as estratégias de vigilância natural; a territorialidade, a partir das estratégias de controle do espaço e; a integração, com suas estratégias de conexão do espaço ao seu entorno e em relação a cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa teve por objetivo refletir sobre a utilização de estratégias de desenho urbano como forma de prevenção na ocorrência da criminalidade. Nesse sentido, procuramos organizar a estrutura do trabalho iniciando por uma conceituação temática que definisse temas como violência, segurança, território e repressão, que subsidiaram teoricamente a problemática da criminalidade trazendo o debate para o campo do urbanismo ao reconhecer a influência do espaço urbano na decisão ou não de se cometer um ato criminoso. A partir das teorias de espaço seguro, os estudos correlatos e interpretação da realidade possibilitaram a escolha do recorte da cidade de Curitiba onde será proposta a intervenção de Desenho Urbano.

Lembramos que ainda é escassa a adoção das ideias retratadas neste trabalho, de associação do desenho urbano e segurança no cenário brasileiro. Embora a produção acadêmica sobre o assunto tenha avançado, ela ainda raramente se traduz em políticas concretas de construção do espaço urbano no Brasil, particularmente em relação aos empreendimentos imobiliários do setor privado, que movidos pelo que Caldeira (2010) chama de estética da segurança, continuam criando espaços cercados e isolados da cidade, retroalimentando a insegurança.

Como um adendo, quando consideramos o lugar que a vigilância ocupa na obra de Foucault sobre a história do sistema penal, ele nos faz um alerta sobre a

decisão de uma sociedade de buscar a segurança abrindo mão da própria liberdade. O espírito humano, sua criatividade, sua capacidade de resolver problemas e repensar a sociedade dependem da liberdade para desabrochar, a liberdade de se rebelar, questionar e refutar maneiras de organização social e espacial. Foucault em seu tempo preocupava-se com uma sociedade que considerava cada vez mais autoritária, ocultando sua tendência crescente para o controle do comportamento individual com práticas consideradas mais humanas, como a abolição da violência como forma preferida para preservação da segurança. Para Foucault (2008), conforme já discutimos, a aplicação da violência como forma de docilizar os corpos apenas foi substituída pela disciplina.

Em sociedades democráticas onde há a possibilidade de autodeterminação política pela população, segurança e liberdade encontram-se dispostas em continuum com a segurança e a liberdade dispostas em lados opostos, a sociedade deslocando-se ao encontro de uma e afastando-se da outra como resposta aos seus anseios políticos. Porém, quando a totalidade das vontades individuais são encurraladas e submetidas à uma única vontade individual, como é o caso das ditaduras, é possível que segurança e liberdade deixem de existir simultaneamente.

Foucault (1999) temia que, embora as formas de combate à insegurança contemporâneas sejam preferíveis às formas violentas de punição anteriores ao surgimento do estado moderno na Revolução Francesa, sua tendência ao controle do comportamento por meio da vigilância ostensiva (tanto dos cidadãos pelo estado como dos indivíduos uns aos outros, como é a ideia central do panóptico) reduz progressivamente a capacidade dos cidadãos de agir criativamente e questionar a sociedade que contribuem para construir.

Trazemos essa reflexão para o final do trabalho porque, embora o urbanismo desde Jacobs (2011) tenha se libertado da organização funcionalista do modernismo (que desumaniza as cidades sob a ideologia do funcionamento da máquina), ele ainda hoje depende do mecanismo central da vigilância como forma de controle da atividade criminosa. O que à primeira vista apresenta-se como humano e sensível é apenas mais uma forma disfarçada de redução da liberdade.

Platão, em sua obra A República, nos conta o mito de Giges, pastor que encontra ao acaso um artefato capaz de torná-lo invisível, e com isso propõe uma reflexão sobre o valor das ações que cometemos ou evitamos apenas porque estamos sendo observados. Se as ditaduras conseguem negar a relação conflituosa entre

segurança e liberdade eliminando as duas, imaginamos que o papel da política no futuro pode seguir o caminho oposto, e as discussões sobre a construção do espaço urbano então substituirá o panóptico por uma segurança que incorpore a possibilidade de construir uma sociedade verdadeiramente livre e justa, que dispense a necessidade de exercer controle social por meio da vigilância ostensiva.

7 REFERÊNCIAS

7.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDA, E; BELIZ, G. **Cuál es la salida? La agenda inconclusa de la seguridad ciudadana**. Washington DC: BIRD, 2007.

ARISTÓTELES. **A Política.** São Paulo: Edipro, 2009)

BARROS FILHO, C. **Comunicação do Eu:** Ética e Solidão. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROS FILHO, C; MARTINO, L. M. S. **O Habitus na Comunicação.** São Paulo: Paulus, 2003.

BERGALLI, R.; RAMÍREZ, J. B. **O Pensamento Criminológico I.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.

BENEVOLO, L. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOBBIO, N. **Direito e Poder.** São Paulo: Editora Unesp, 2008.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora UnB, 1998.

BONDARUK, R. L. **A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano.** Curitiba: Edição do Autor, 2015.

BORDIEU, P. **A Distinção:** Crítica Social do Julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BORDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BORDIEU, P. **O Senso Prático.** Petrópolis: Vozes, 2011.

BUENO, S. et al. **10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública: São Paulo, 2016.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros:** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARMO, J. C. B. **A Permanência de Estruturas Urbanas e a Construção do Conceito de Cidade na Abordagem Geográfica:** Reflexões sobre o Planejamento Urbano da cidade de Curitiba. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2011.

CARMO, J .C .B. Planejamento da Região Metropolitana de Curitiba como objeto de estudo: análise sobre a produção bibliográfica no período de 1974-2006. In: **Revista Brasileira de Gestão Urbana.** São Carlos, não paginado, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/urbe/2016nahead/2175-3369-urbe-2175-3369009001AO01.pdf>. Acesso em 19 jun. 2017.

CHOAY, F. **O Urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

CORREA, R. L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

COSTTU. **High Rise in Trouble:** the Bijlmermeer in Amsterdam. Milão: Edição do Autor, 2014.

DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: PINI, 1990.

EASTON, D. An Approach to the Analysis of Political Systems. **World Politics**, Baltimore, v. 9, n. 3, p. 383-400, abr. 1957.

ELDEN, S. **The Birth of Territory.** Chicago: University of Chicago Press, 2013

ELLER, A. **O Cotidiano e a História.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENRIQUEZ, E. **Da Horda ao Estado.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ENRIQUEZ, E. O Outro: Semelhante ou Inimigo. In: NOVAES, A (org.). **Civilização e Barbárie.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 45-60.

FERRARI, M. S. G.; FRASER, D. Design Strategies for Urban Waterfronts: the case of Sluseholmen in Copenhagen's Southern Habor. In**: Waterfront Regeneration.** New York: Routledge, 2012.
FERREIRA, A. Favelas no Rio de Janeiro: Nascimento, Expensão, Remoção e, Agora, Exclusão Através de Muros. In**: Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales**. Barcelona, Universidad de Barcelona, 2009.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População:** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1999.

FREUD, S. **O Mal Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GEASON, S e WILSON, P.R. **Designing out Crime:** Crime Prevention Through Environmental Design. Canberra: Australian Institute of Criminology, 1989.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, A. **O Estado Nação e a Violência**. São Paulo: EDUSP, 2008.

GRAEBER, D. **Debt: The First 5000 Years**. New York: Melville House Publishing, 2011.

HAMLYN, D. W. **Uma História da Filosofia Ocidental.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

HOBBES, T. **Leviatã - ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

JACOBS, J. **The Death and Life of Great American Cities.** Nova York: Modern Library, 2011.

KEHL, M. R. A Psicanálise e o Domínio das Paixões. In: NOVAES, A (org.). **Os Sentidos da Paixão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 537-570.

KELLING, G. L.; WILSON, J. Q. Broken Windows. **Atlantic Monthly**, Boston, v. 249 n.3 p.29-38, mar. 1982.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, V. M. F. **Desenho Urbano:** Uma Análise de Experiências Brasileiras. Natal: EDUFRN, 1990.

LUHMANN, N. **Introdução à Teoria dos Sistemas.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LYNCH, K. **A Theory of Good City Form.** Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1981.

HILLIER, B. **Space is the Machine.** Londres: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1999.

MENDES, C. R. M. **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica?** 192 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NEWMAN, O. **Creating Defensible Space.** US Department of Housing and Urban Development, 1996.

RAUTER, C. **Criminologia e Subjetividade no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ROUSSEAU, J. J. **A Origem da Desigualdade Entre os Homens.** São Paulo: Lafonte, 2012.

SANDEL, M. **Justiça.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: EDUSP, 2014.

SESP. **Relatório Estatístico Criminal 2016.** Curitiba: Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná, 2017.

SILVA, M. M.; SCHAFASCHEK, M. C. I.; TORRENS, L. A. **Desenvolvimento social e criminalidade:** uma análise intra-urbana do fenômeno em Curitiba. Trabalho apresentado no 17º ENANPUR, São Paulo, 2017.

SOUZA, N. R. Planejamento Urbano em Curitiba: saber técnico, Classificação dos citadinos e partilha da cidade. In: **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, n 16, 2001, p. 107-122.

STROHER, L. E. M. **A metrópole e o Planejamento Urbano:** Revisitando o mito da Curitiba-Modelo. 153f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZILLI, L. F. **O "Mundo do Crime" e a "Lei da Favela"**: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**, Belo Horizonte, v. 19, n 3 2015, p. 463-487, out. 2015.

7.2 REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

ARCHDAILY. **Sluseholmen / Arkitema Architects + Sjoerd Soeters.** Não paginado. 2013. Disponível em <http://www.archdaily.com/330652/sluseholmen-arkitema-architects-sjoerd-soeters>. Acesso em 19 jun. 2017

BIRD. **It has been proven, less inequality means less crime**. 2014. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2014/09/03/latinoamerica-menos-desigualdad-se-reduce-el-crimen> Acesso em: 19 jun. 2017

CASSIDY, M. **From plywood to plastic: how Phoenix plans to fight blight.** 2015. Disponível em: <http://www.azcentral.com/story/news/local/phoenix/2015/04/02/phoenix-fights-blight-plastic-windows/70826784/> Acesso em: 19 jun. 2017

CTM ENTERTEINMENT. **Into Thin Air.** Não paginado. Disponível em <https://ctm.eu.com/pictures-portfolio/into-thin-air>. Acesso em 19 jun. 2017

G1. **Centro é o bairro mais violento de Curitiba em 2017, conforme Mapa do Crime.** Curitiba, 2017. Disponível em <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/centro-e-o-bairro-mais-violento-de-curitiba-em-2017-conforme-mapa-do-crime.ghtml>. Acesso em 19 jun. 2017.

GALANI, L. **Bauhaus: Conheça a escola que revolucionou a história do design.** Curitiba, 2015. Disponível em http://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/bauhaus/. Acesso em 13 jul. 2017.

IBGE. **Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000151648112020134801057488 02.pdf> Acesso em 19 jun. 2017.

IPPUC. **Plano Municipal de segurança e defesa social.** Curitiba, 2008. Disponível em < http://www.ippuc.org.br/visualizar.php?doc=http://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D312/D312_015_BR.pdf>. Acesso em 19 jun. 2017.

IPPUC. **Nosso Bairro: Centro.** Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/01-Centro.pdf>. Acesso em 19 jun. 2017.

IPPUC. **Plano Diretor de Curitiba.** Curitiba, 2015. Disponível em: < http://www.ippuc.org.br/visualizar.php?doc=http://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D312/D312_015_BR.pdf>. Acesso em 19 jun. 2017.

JACAREZINHO: HISTÓRIA E NOTÍCIAS. **Célula Urbana do Jacarezinho.** Não paginado. Disponível em: <http://jacarezinhorj.blogspot.com.br/2014/04/celula-urbana-do-jacarezinho.html>. Acesso em 19 jun. 2017.

LAVILLE, S. **Designing out crime in Scandinavia.** 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2014/jun/24/designing-out-crime-scandinavia-copenhagen-cities-safe-exciting> Acesso em 19 jun. 2017.

LOERAKKER, J.; OLSSON, L. **Revisioning Amsterdam Bijlmermeer.** 2013. Disponível em: <https://www.failedarchitecture.com/the-story-behind-the-failure-revisioning-amsterdam-bijlmermeer/> Acesso em 19 jun. 2017.

OSBORN, C. **A História das Urbanizações nas Favelas Parte I: 1897-1988**. 2013. Disponível em: < http://rioonwatch.org.br/?p=4676>. Acesso em 19 jun. 2017.

OSBORN, C. **A História das Urbanizações nas Favelas Parte II: Favela-Bairro.** 2013. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=5042>. Acesso em 19 jun. 2017.

PIQUESHOW. Não paginado. Disponível em https://www.piqueshow.com/aerial-view-of-amsterdam/. Acesso em 19 jun. 2017.

TOWER RENEWAL BLOG. **The Bijlmermeer: An Amsterdam Success Story.** Não paginado. Disponível em: http://towerrenewal.com/amsterdam-success-story/. Acesso em 19 jun. 2017.

VAEGGEN. Não paginado. 2017. Disponível em <http://www.vaeggen.copenhagen.dk/media/104196>. Acessado em Abril de 2017.

WINTHER, L. **Location dynamics of business services in the urban landscape of Copenhagen:** Imaginary spaces of location. Disponível em: <https://belgeo.revues.org/11650>. Acesso em 19 jun. 2017